

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUSTAVO ROBERTO MAZZO

**UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS
FEDERAIS: ARTIGO 14 DA LEI Nº. 10.259/2001**

CURITIBA

2009

GUSTAVO ROBERTO MAZZO

**UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS
FEDERAIS: ARTIGO 14 DA LEI Nº. 10.259/2001**

Monografia apresentada ao Departamento de Direito Civil e Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná como requisito indispensável à obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cruz Arenhart.

CURITIBA

2009

“O juiz que contraria a sua própria decisão, sem a devida justificativa, está muito longe do exercício de qualquer liberdade, estando muito mais perto da prática de um ato de insanidade. Enquanto isto, o juiz que contraria a posição de tribunal superior, ciente de que a este cabe a última palavra, pratica ato que, ao atentar contra a lógica do sistema, significa desprezo ao Poder Judiciário e desconsideração para com os usuários do serviço jurisdicional”. Luiz Guilherme Marinoni

AGRADECIMENTOS

Ao professor Sérgio Cruz Arenhart, que aceitou prontamente orientar o presente trabalho, pelo apoio e excelentes anos de docência a minha turma.

A meus pais, Gilmar e Mara, e meu irmão, Gabriel, pelo apoio e confiança que depositaram em mim fazendo com que eu alcançasse os objetivos traçados até o momento.

A meus amigos, que fazem a vida ser mais divertida, Vinicius Rafael Dias Barbosa, Rafael Laska Domingues, Dieter Hideki de Oliveira, João Ernesto Vieira, Gustavo Feldhaus Palú (Estranho), Rafael Mialski Fontana, Diego Mialski Fontana, Wallace Verfe e Thiago de Mattos.

Muito obrigado a todos!

RESUMO

Trata-se de estudo sobre a uniformização de jurisprudência nos Juizados Especiais Federais, prevista no artigo 14 da Lei nº. 10.259/2001 e caracterizada pela possibilidade de três pedidos distintos: a) pedido de uniformização direcionado à Turma Regional de Uniformização; b) pedido de uniformização direcionado à Turma Nacional de Uniformização; e c) pedido de manifestação direcionado ao Superior Tribunal de Justiça. O trabalho inicia com uma breve exposição de aspectos históricos da uniformização de jurisprudência e sua importância, ressaltando os princípios da isonomia, da segurança jurídica e da razoável duração do processo. Em seguida, discorre sobre a natureza jurídica dos pedidos de uniformização e de manifestação, sobre a composição e competência das Turmas de Uniformização, e sobre a possível inconstitucionalidade do pedido de manifestação encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça. Chega, então, a seu ponto principal, qual seja, a análise prática, com vasta citação jurisprudencial, dos pressupostos recursais e do processamento dos pedidos de uniformização e de manifestação, de acordo com o artigo 14 da Lei nº. 10.259/2001, com a Resolução nº. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal e com a Resolução nº. 10/2007 da Presidência do Superior Tribunal de Justiça.

Palavras-chave: Juizados Especiais Federais. Uniformização de Jurisprudência.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. O INSTITUTO DA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	09
2.1. Breves notas históricas	09
2.2. Precedentes	10
2.3. Importância	11
2.3.1. Princípio da Segurança Jurídica	11
2.3.2. Princípio da Isonomia	13
2.3.3. A garantia da razoável duração do processo	13
3. A UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS: ARTIGO 14 DA LEI Nº. 10.259/2001	15
3.1. Natureza Jurídica do Instituto	19
3.2. Turma Regional de Uniformização	20
3.3. Turma Nacional de Uniformização	21
3.4. Observações sobre a (in)constitucionalidade do Pedido de Manifestação dirigido ao Superior Tribunal de Justiça	23
3.5. Pressupostos Recursais	26
3.5.1. Intrínsecos	26
3.5.1.1. Cabimento	27
3.5.1.2. Interesse recursal	41
3.5.1.3. Legitimidade recursal	43
3.5.1.4. Inexistência de fato extintivo do direito de recorrer	43
3.5.2. Extrínsecos	43
3.5.2.1. Regularidade formal	44
3.5.2.2. Tempestividade	48
3.5.2.3. Preparo	48
3.5.2.4. Inexistência de fato impeditivo do direito de recorrer ou do seguimento do recurso	48

3.6. Processamento do Pedido de Uniformização direcionado à Turma Regional de Uniformização	49
3.7. Processamento do Pedido de Uniformização direcionado à Turma Nacional de Uniformização	51
3.8. Processamento do Pedido de Manifestação dirigido ao Superior Tribunal de Justiça	53
 4. CONCLUSÃO	 55
 REFERÊNCIAS	 56

1. INTRODUÇÃO

A Emenda Constitucional nº 22, de 18 de março de 1999, acrescentou parágrafo único (transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 45/2004) ao artigo 98 da Constituição Federal, determinando que “*Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal*”. Tal ordem foi cumprida com a promulgação da Lei nº 10.259/2001 que “*dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal*”. O artigo 14 desta Lei trata da uniformização de jurisprudência nos Juizados Especiais Federais, sendo o tema central do presente trabalho. Merece, assim, a transcrição parcial que segue abaixo:

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

(...)

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

(...)

Para o momento, destaco os parágrafos 1º, 2º e 4º. O primeiro deu origem à chamada Turma Regional de Uniformização (TRU), responsável pelo julgamento dos pedidos de uniformização fundados em divergência entre Turmas Recursais da mesma região. O segundo originou a Turma Nacional de Uniformização (TNU) competente para o julgamento dos pedidos de uniformização fundados em divergência entre Turmas Recursais de diferentes regiões, ou em “*contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ*”. O § 4º abriu a possibilidade de a parte interessada provocar a manifestação do Superior Tribunal de Justiça - STJ, quando a decisão

acolhida pela Turma Nacional de Uniformização for contrária à súmula ou jurisprudência dominante daquele Tribunal. Este último dispositivo gerou polêmica na doutrina, sendo considerado inconstitucional pela maioria dos autores, como veremos adiante em tópico específico.

Priorizou-se, no presente trabalho, a análise dos pressupostos recursais das três figuras de uniformização criadas com a Lei nº. 10.259/2001. Isto se deve ao fato de que a experiência junto à Presidência da Segunda Turma Recursal do Paraná, competente para admissibilidade dos Pedidos de Uniformização originários desta Seção Judiciária, demonstrou elevado índice de não conhecimento dos presentes recursos por motivos que seriam evitados acaso os advogados tivessem maior contato com os requisitos de admissibilidade exigidos para seu conhecimento.

2. O INSTITUTO DA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

É notório o elevado número de julgados divergentes sobre o mesmo tema, em um mesmo momento histórico, no direito brasileiro. Tal situação decorre do sistema jurídico adotado, do *civil law*, no qual, tradicionalmente, se dá pouca importância aos precedentes, bastando que a decisão esteja fundamentada na lei, ainda que contrária a outros julgados. Ocorre que “*a função de interpretar a lei, por envolver um juízo de valor formulado pelos homens, não apresenta resultados matemáticos idênticos*”¹, resultando em decisões diversas sobre a mesma matéria.

Ao julgar casos iguais de forma desigual, está-se afrontando o princípio da isonomia, segundo o qual todos são iguais perante a lei, além de se atentar visivelmente contra o princípio da segurança jurídica, como veremos mais a frente.

Para se atenuar esta situação foram criadas formas pelas quais é possível alcançar a uniformização da jurisprudência, seja via recursal, seja via incidental, ou, ainda, quebrando paradigmas no que tange à importância dada aos precedentes, aumentando seu valor com a instituição de decisões com caráter vinculante.

2.1. Breves notas históricas²

A uniformização de jurisprudência do direito brasileiro tem origem nos assentos portugueses, firmados pela Casa de Suplicação, nos termos das Ordenações Manuelinas (seguidas pelas Ordenações Filipinas). Os assentos, mantidas as devidas proporções, eram figuras semelhantes às atuais súmulas vinculantes. Durante o Brasil Colônia e o Brasil Império continuaram a causar efeitos. Nas palavras de Rodolfo de Camargo Mancuso:

Retomando o fio histórico, deve-se levar em conta que o Brasil Colônia estava integrado ao *Reino Unido de Portugal e Algarves*, de sorte que, mesmo proclamada nossa independência política (1822), aqui continuaram a projetar efeitos as Ordenações Filipinas e, juntamente com elas, os Assentos da Casa da Suplicação,

¹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 248.

² Notas históricas conforme: MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Divergência Jurisprudencial e Súmula Vinculante**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 193/212.

conforme aliás o autorizava um Decreto de 20.10.1823; e isso sem embargo de que a sobrevinda Constituição do Império (1824) não fizesse referência expressa às Ordenações, nem aos Assentos da Casa de Suplicação.

Já em 1923, surgiram as figuras do recurso de revista e do prejudgado na legislação processual do Distrito Federal, recepcionados pelo Código de Processo Civil de 1939, artigos nº. 853 e 861, respectivamente³. Em 1963 surgiram as súmulas de jurisprudência dominante do STF. Em 1969 o recurso extraordinário fundado em divergência jurisprudencial (hoje na forma de recurso especial ao STJ). Na seqüência, surgiram os institutos presentes atualmente no ordenamento.

2.2. Precedentes

Apesar da notável diferença de importância que **historicamente** existe entre os precedentes judiciais⁴ no sistema do *civil law* adotado no Brasil e no sistema do *common law* inglês ou norte-americano, é notável também a aproximação contemporânea desses dois sistemas, como afirma Rodolfo de Camargo Mancuso⁵ e defende Luiz Guilherme Marinoni em artigo denominado “A Transformação do *Civil Law* e a Oportunidade de um Sistema Precedentalista para o Brasil”⁶.

³ “A revista e o prejudgado eram institutos voltados à finalidade comum da uniformização da jurisprudência, o que, aliás, justificava sua proximidade topológica no CPC de 1939. Distinguiam-se, porém, nisso que a *revista* era propriamente um *recurso* e estava vocacionada à purgação dos dissídios já verificados no confronto entre os julgamentos dos órgãos fracionários, numa dada matéria, ao passo que o prejudgado aportava-se a um *incidente* do julgamento em curso no Tribunal, e destinava-se à prevenção de uma divergência *sinalizada* (ou mesmo já constatada), conforme acenado pelo número de votos tomados”. (MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Divergência Jurisprudencial e Súmula Vinculante**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 203).

⁴ “O chamado precedente (*stare decisis*) utilizado no modelo judicialista, é o caso já decidido, cuja decisão primeira sobre o tema (*leading case*) atua como fonte para o estabelecimento (indutivo) de diretrizes para os demais casos a serem julgados. A norma e o princípio jurídico são induzidos a partir da decisão judicial, porque esta não se ocupa senão da solução do caso concreto apresentado. O precedente terá de ser seguido nas posteriores decisões como paradigma”. (TAVARES, André Ramos. Perplexidades do novo instituto da súmula vinculante no direito brasileiro. In: **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**. Ano 4, n. 12, jan./mar. 2006. p. 148).

⁵ “Como já antes anotado, a dicotomia entre as famílias jurídicas *civil law/common law* hoje não é tão nítida e radical como o foi outrora, sendo visível uma *gradativa e constante aproximação* entre aqueles regimes: o Direito legislado vai num *crescendo*, nos países tradicionalmente ligados à regra do precedente judicial e, em sentido inverso, é a jurisprudência que vai ganhando espaço nos países onde o primado recai na norma legal”. (MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Op. cit.*, p. 183).

⁶ “A dificuldade em ver o papel do juiz sob o neoconstitucionalismo impede que se perceba que a tarefa do juiz do *civil law*, na atualidade, está muito próxima da exercida pelo juiz do *common law*. É exatamente a cegueira para a aproximação destes juízes que não permite enxergar a relevância de um sistema de precedentes no *civil*

O valor crescente que os precedentes vem recebendo no direito brasileiro tem conseqüência direta no instituto da uniformização de jurisprudência. Quanto maior a vinculação a decisões anteriores, maior o grau de previsibilidade dos resultados e menor é o risco de se desrespeitar o princípio constitucional da isonomia, segundo o qual todos são iguais perante a lei.

2.3. Importância

Para se concluir que “algo está errado” quando coexistem duas decisões jurídicas opostas sobre a mesma matéria não é necessário profundo conhecimento na ciência do direito. Neste sentido vem o legislador somando técnicas que contribuem para a uniformização da jurisprudência, culminando na instituição das súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal.

A uniformização de jurisprudência proporciona maior segurança jurídica aos jurisdicionados, protege o princípio da isonomia e caminha em favor à garantia da razoável duração do processo como veremos abaixo.

A importância e as críticas referentes à uniformização específica da jurisprudência nos Juizados Especiais Federais serão vistas no capítulo nº. 3.

2.3.1. Princípio da Segurança Jurídica

A segurança jurídica está intimamente ligada à idéia de previsibilidade de resultados no campo do direito. Vejamos o que diz Rodolfo de Camargo Mancuso sobre o tema⁷:

Com efeito, são de tal modo conectadas e pressupostas as expressões *direito e certeza* que o descontrolado dissenso pretoriano, ao distanciar aqueles valores, coloca em cheque a credibilidade do sistema judiciário e a eficácia real de sua produção, decepcionando o jurisdicionado, como *consumidor final* desse serviço

law”. (MARINONI, Luiz Guilherme. **A Transformação do Civil Law e a Oportunidade de um Sistema Precedentalista para o Brasil**. Disponível em:

http://www.professormarinoni.com.br/principal/home/?sistema=conteudos|artigos&cod_categoria=artigos
Acesso em: 20/10/2009).

⁷ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Divergência Jurisprudencial e Súmula Vinculante**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 147.

estatal. É tão crucial para a população a necessidade de segurança jurídica que, muitas vezes, entre a angústia de esperar por uma “verdade incerta e remota”, prenunciada por uma jurisprudência instável, e o desencanto presente do “erro consumado e conhecido”, o cidadão acaba por se conformar com esta última *alternativa*, por mais patético e paradoxal que seja”.

Segundo Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, “*a segurança liga-se à própria idéia de Estado Democrático de Direito, erigida como princípio fundamental da CF (art. 1º, caput), de modo que garanta o cidadão contra o arbítrio estatal (...)*”⁸. O autor sustenta ainda que, além da previsibilidade do resultado do litígio, as próprias normas jurídicas devem ser previsíveis, claras e acessíveis⁹. Conclui que o princípio da segurança jurídica mostra-se evidente nos institutos que possuem o objetivo de uniformizar a jurisprudência^{10 11}:

Nos institutos destinados precipuamente à uniformização da jurisprudência revela-se de forma aguda o valor da segurança, em face da periclitacão do princípio da igualdade para casos semelhantes ou idênticos. Como pode, p. ex., o funcionário público aceitar o indeferimento de uma vantagem por determinado órgão fracionário de tribunal, enquanto o seu colega de repartição, na mesma situação funcional, obteve-a por decisão judicial da mesma corte? Vicissitudes dessa ordem deslegitimam a justiça perante a sociedade civil. Mesmo assim, não são raros entre nós exemplos de resistência à eliminação dessas distorções, com persistência pessoal no entendimento divergente e afastamento da decisão uniformizadora, frutos de uma cultura individualista.

⁸ OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de. **Do formalismo no processo civil**. 3. ed. rev., atual. e aumentada. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 79.

⁹ “Entre nós, mostra-se importante atentar ainda para a aplicação do direito: não só a norma jurídica deve ser formulada de maneira clara, acessível e previsível, mas também previsível deve ser o resultado do litígio, sem causar estranheza no meio social onde deve atuar. As soluções exóticas, com clara afronta ao sistema, além de surpreender, deslegitimam o Poder Judiciário perante a sociedade civil”. (*Idem*).

¹⁰ *Ibidem*, p. 81.

¹¹ Paulo Restiffe Neto, em 1975, tecendo comentários sobre os artigos nº 476/479 do “novo” código de processo civil afirma: “O novo instituto destina-se a funcionar como meio hábil para se atingir o ideal de justiça jurídica, que é muitas vezes frustrado pela divergência, natural de julgados sobre uma mesma tese jurídica, a qual, no dizer da ‘Exposição de Motivos’ do anteprojeto do novo Código de Processo Civil, ‘constitui um mal, gerando profunda instabilidade nas relações jurídicas’. Como ainda assinala o anteprojeto, com invocação de Calamandrei, o princípio da unidade do direito deve ser entendido em relação ao espaço, não ao tempo. Isto é, deve-se procurar alcançar uma uniformidade contemporânea de jurisprudência, o que não exclui uma diversidade sucessiva, mesmo porque o direito é essencialmente dinâmico, o que não escapa à percepção da jurisprudência, como projeção da realidade jurídico-social de cada povo”. (RESTIFFE NETO, Paulo. A Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais. In: **Revista dos Tribunais**. Ano 64, volume 476, junho de 1975. p. 279).

2.3.2. Princípio da Isonomia

O princípio da isonomia encontra-se previsto no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal¹². Da isonomia perante a lei decorre a isonomia perante o juiz. Isto porque a subordinação do juiz à lei não garante que casos iguais sejam tratados de forma igual, vez que não existe fórmula para se chegar ao resultado, mas sim trabalho interpretativo¹³.

É visível a violação a este princípio constitucional diante de julgamentos contrários sobre a mesma matéria, sem que haja motivo racional para discriminá-los, para diferenciá-los. Para isto servem as técnicas de uniformização de jurisprudência. De acordo com Márcia Regina Lusa Cadore¹⁴:

Não encontra justificativa razoável o Estado, no exercício da função jurisdicional, proferir decisões distintas para situações semelhantes que lhe sejam submetidas. O critério da distinção não pode ser o sorteio para a distribuição dos feitos ou dos recursos no segundo grau de jurisdição. Não é critério razoável perante a Constituição.

O problema das decisões distintas para casos semelhantes torna-se ainda mais grave quando da existência de demandas semelhantes em larga escala. Para a população, a ocorrência de julgamentos díspares em tais ações é mais chocante, chegando mesmo a comprometer a confiança dos jurisdicionados.

2.3.3. A garantia da razoável duração do processo

A Emenda Constitucional nº. 45/2004 veio consagrar o direito fundamental à razoável duração do processo com a inclusão do inciso LXXVIII¹⁵ ao artigo 5º da

¹² Art. 5º da Constituição Federal: “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)*”.

¹³ A consagração do direito à igualdade no Estado Liberal compreendia que era suficiente para sua proteção o estabelecimento de comandos legais genéricos e abstratos, que deveriam ser aplicados pelo juiz sem levar em consideração a particularidade das situações. Com o reconhecimento de que a subordinação do juiz à lei não significa sua aplicação imediata, mas que ele interpreta aplicando, nota-se que o texto normativo é insuficiente para garantir a igualdade perante a lei, a qual também passa a depender dos critérios utilizados pelo juiz no julgamento dos casos concretos. Assim, o direito à igualdade vincula tanto o legislador na feitura da lei quanto o juiz na aplicação da lei, obrigando-o a julgar da mesma forma os casos iguais. (MAUÉS, Antonio Moreira. Ensaio sobre a harmonização da jurisprudência constitucional. In: **Revista de Direito do Estado**. nº 11, julho/setembro, 2008. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 225).

¹⁴ CADORE, Márcia Regina Lusa. **Súmula Vinculante e Uniformização de Jurisprudência**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 25.

¹⁵ “LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Constituição Federal. Mesmo antes da Emenda Constitucional entendia-se presente tal direito¹⁶, sendo decorrente do direito fundamental de acesso à justiça, previsto no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal.

O instituto da uniformização de jurisprudência tende a auxiliar na celeridade dos feitos, no sentido de que, a princípio, questões já pacificadas não deveriam continuar sendo discutidas indefinidamente, além de, subjetivamente, desestimular a interposição de novos recursos sabendo-se do resultado desfavorável. Vejamos¹⁷:

Uma das formas de efetivar-se, por meio do comportamento dos órgãos judiciais, a garantia fundamental à razoável duração do processo é a uniformização da jurisprudência. A superação de divergência entre órgãos fracionários de um mesmo Tribunal, por exemplo, de modo a adotarem-se decisões uniformes em julgamentos futuros diminui o tempo de decisão e, além disso, representa desestímulo ao ajuizamento de outras demandas porque, de antemão, sabe-se do resultado eventualmente desfavorável.

A uniformização, em demandas repetidas, se não resolve o problema do volume de trabalho do Poder judiciário, em muito contribui para sua redução e, conseqüentemente, na possibilidade de que os órgãos judiciais possam dedicar maior atenção a demandas novas e causas de maior complexidade que ainda ensejam discussão.

¹⁶ CADORE, Márcia Regina Lusa. **Súmula Vinculante e Uniformização de Jurisprudência**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 31.

¹⁷ *Ibidem*, p. 34.

3. A UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS: ARTIGO 14 DA LEI Nº. 10.259/2001

A Lei nº. 10.259/2001 que “*Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal*” previu, em seu artigo 14, método para uniformização da jurisprudência originária dos Juizados Especiais Federais.

São três as hipóteses criadas pela Lei, dispostas nos parágrafos 1º, 2º e 4º do artigo citado que transcreve-se novamente abaixo:

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

(...)

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

(...)

Assim, acaso exista divergência entre o decidido por Turmas Recursais da mesma Região, caberá Pedido de Uniformização direcionado à Turma Regional de Uniformização, acaso a divergência seja entre Turmas Recursais de diferentes Regiões ou entre uma Turma Recursal e súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, caberá Pedido de Uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e, havendo divergência entre o decidido pela Turma Nacional de Uniformização e súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, será possível interpor Pedido de Uniformização dirigido ao próprio Superior Tribunal de Justiça.

Existe grande polêmica na doutrina acerca do instituto da uniformização de jurisprudência nos Juizados Especiais Federais, tanto em relação à necessidade de sua

existência, quanto em relação à constitucionalidade do Pedido de Uniformização direcionado ao Superior Tribunal de Justiça.

Cita-se abaixo alguns dos argumentos prós e contra sua existência. A questão relativa à (in)constitucionalidade da manifestação do Superior Tribunal de Justiça será feita em tópico aparte.

Segundo Cláudia Aparecida de Souza Trindade¹⁸:

(...) tal previsão se justifica dada a peculiaridade das questões que acorrerão aos Juizados Especiais Federais, diferentes em tudo das que ocorrem aos Juizados Especiais Estaduais. Desde a natureza das causas a serem julgadas, as quais nos Juizados Federais envolverão sempre interesses públicos, tendo em vista que os mesmos foram criados especialmente para as causas em que a administração Federal direta e indireta seja parte. Já nos Juizados Estaduais não se admitem ações contra pessoas jurídicas de direito público.

Tal peculiaridade contribui para impor a necessidade de uma atuação uniforme na aplicação do direito, a fim de evitar situações injustas nas diferentes Regiões do País, em que uma Região julgue de tal forma e outra de formas díspares, criando situações desiguais que são contrárias ao espírito de justiça social presente nos Juizados.

Principalmente é importante que se observe que as causas julgadas contra a Administração Pública, no mais das vezes, envolvem questões de repercussão econômica considerável e que podem afetar inclusive a economia do País, pois, muito embora individualmente envolvam valores de menor expressão monetária, tendem a gerar efeitos multiplicadores, que terão, aí sim, a mencionada repercussão econômica.

Como visto, a autora buscou diferenciar os Juizados Especiais Federais dos Estaduais ressaltando o interesse público envolvido, principalmente em sua faceta patrimonial caracterizada pela possibilidade de multiplicação dos feitos.

Ainda em defesa do instituto, Guilherme Bollorini Pereira¹⁹ afirma:

(...) tendo em vista a divisão territorial da Justiça Federal, sem essa providência, correr-se-ia o risco de os Juizados Especiais Federais de diferentes regiões interpretarem diferentemente uma mesma questão de direito material, o que tornaria letra morta as normas e princípios concernentes à missão constitucional atribuída ao STJ, bem como inviabilizar-se-ia o funcionamento dos juizados especiais, daí decorrendo a desconfiança da população no Poder Judiciário, com tudo de ruim que tal situação produz no meio social.

¹⁸ TRINDADE, Cláudia Aparecida de Souza. As Turmas Recursais e as Turmas de Uniformização nos Juizados Especiais Federais. In: **Juizados Especiais Federais**. Coordenador Jefferson Carús Guedes. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 113.

¹⁹ PEREIRA, Guilherme Bollorini. **Juizados Especiais Cíveis**: Questões de Processo e de Procedimento no Contexto do Acesso à Justiça. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Iuris, 2006. p. 205.

O autor enfatiza a necessidade de uniformização referindo-se à responsabilidade do Superior Tribunal de Justiça, concluindo que restaria prejudicada a própria missão constitucional atribuída ao Tribunal.

Obrigatória a transcrição das palavras utilizadas pelo Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior²⁰, sobre as discussões ocorridas ao tempo da preparação do projeto de lei:

Quando da elaboração do projeto, houve diversas reuniões no STJ com a colaboração e a participação de juízes federais, reuniões do Conselho e com a Advocacia Pública. Esta manifestou a preocupação da União, de todos os seus órgãos de um modo geral, de que não poderia ela, sendo a ré, nas diversas Instâncias e nos diversos Estados, responder pelo mesmo fato mas condenada de modo diverso em cada um deles, tendo de pagar dez no Amazonas e cinquenta em São Paulo. Daí a necessidade de uniformizar esses julgamentos. Uma das soluções seria admitir o recurso especial diretamente ao STJ, o que significaria trazer para a vala comum, isto é, incluir nas dificuldades próprias do procedimento ordinário, todas as causas em que houvesse a alegação de divergência ou de ofensa à lei. Tal solução nos pareceu inconveniente do ponto de vista do Juizado, porque atrasaria de modo infundo as demandas, e representaria um acréscimo significativo no número de recursos a serem julgados pelo STJ. A solução que nos pareceu mais conveniente, portanto, foi a de, permitindo de algum modo essa uniformização de interpretação da lei em todo o País, mantê-la dentro do próprio sistema dos Juizados, tanto quanto possível. E sob essa perspectiva foi normatizado o incidente na nova lei. (...) Nesse esquema, o julgamento somente sairá do sistema quando a decisão, tomada pela turma de uniformização nacional, tiver contrariado orientação firme do STF ou do STJ. (...) Pode-se argumentar que o procedimento introduz várias fases no processamento do incidente de uniformização dentro do Juizado. Realmente isso acontece, mas foi a única forma encontrada para compatibilizar a possibilidade da uniformização com a idéia de que poderia ser feita dentro do próprio sistema.

A argumentação usada, como visto, é a necessidade de uniformização da jurisprudência em relação à Administração Pública. O meio foi escolhido de forma a evitar o procedimento ordinário e o aumento no número de processos do Superior Tribunal de Justiça. O próprio Ministro cita uma das críticas feitas, que é de burocratização do procedimento.

Em sentido contrário temos, por exemplo, Blanche Maymone Pontes Matos²¹, que, tecendo comentários acerca da exposição do Ministro Ruy Rosado, diz:

²⁰ AGUIAR Jr., Ruy Rosado de. **Os Juizados Especiais Federais, a Prestação Jurisdicional e os Recursos**. Disponível em: http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/1029/Os_Juizados_Especiais_Federais.pdf?sequence=1. Acesso em: 20/09/2009.

Em que pese o objetivo razoável acima exposto – resguardar a uniformidade exegética da lei federal (JÚNIOR, 2002, p. 84) – o instituto é alvo de várias críticas, sendo a principal delas exatamente a reconhecida pelo ministro, qual seja, o perigo de tornar excessivamente burocrático o julgamento da ação nos juizados especiais, indo de encontro à sua essência, inclusive pelo fato de a lei não o regular como devia, não estabelecendo regras processuais como prazos para interposição, forma, legitimidade e outras questões que foram relegadas aos tribunais. Ademais, a afirmação da necessidade da regra ora sob análise em virtude dos interesses em jogo (patrimônio público) não chega a convencer, ponderando, a doutrina, que a divergência em relação ao direito federal não justifica a previsão de uma nova instância recursal.

Para Sérgio Cruz Arenhart, da mesma forma, o instituto contraria a idéia central de celeridade presente nos Juizados Especiais, além de não possuir a devida regulação procedimental. Acrescenta que *“a divergência em relação ao direito federal não justifica a previsão de nova instância recursal aqui mais do que justificaria em qualquer outra espécie de juízo”*. Vejamos abaixo, nas palavras do autor²²:

Infeliz foi a previsão, porque vai na contramão de toda a filosofia (e dos princípios) que fundamenta os Juizados Especiais. Se a intenção desse juízo especializado é a de fornecer tutela rápida e eficiente a direitos de menor complexidade e menores reflexos econômicos, prever novo grau de jurisdição – em processos em que, por sua natureza, somente podem conduzir à execução após o trânsito em julgado da decisão (arts. 16 e 17, da lei) – é, indubitavelmente, contrariar toda a essência do instituto. Outrossim, a escassa disciplina recebida pelo instituto na lei certamente dificultará sua aplicação, já que não se determinam prazos para a interposição da medida, forma, legitimidade ou outras questões essenciais para o funcionamento da figura.

Poderia alguém afirmar que a necessidade da previsão em tela se justifica na medida em que se põe em disputa o interesse público, tangente ao patrimônio público. Pondere-se, entretanto, que a divergência em relação ao direito federal não justifica a previsão de nova instância recursal aqui mais do que justificaria em qualquer outra espécie de juízo (inclusive nos juizados especiais estaduais). A mesma lesão ao interesse público que decorre da pluralidade de interpretações sobre o direito federal nos juizados especiais federais advém também da verificação dessa divergência em outras esferas do Judiciário. Se, porém, lá não se preocupou o legislador em prever semelhante figura, descabida se mostra a sua contemplação aqui. A questão, contudo, ressaí da esfera do jurídico para tramitar no campo da opção legislativa. Embora criticável a previsão, será necessário conviver com ela, apesar de todos os dissabores e ônus que pode aportar.

²¹ MATOS, Blanche Maymone Pontes; A Sistemática Recursal da Lei 9.099/95 e 10.259/01 e a Polêmica Proposta de Uniformização de Decisões nos Juizados Especiais Estaduais. In: **Revista da ESMAPE**. Volume 11, nº. 23, janeiro a junho de 2006, semestral. p. 74/75.

²² ARENHART, Sérgio Cruz; Juizados Especiais Federais: Pontos Polêmicos. In: **Juizados Especiais Federais: Primeiras Impressões**. Coordenador: Eduardo Didonet Teixeira. Curitiba: Gênesis, 2001. p. 45.

Como visto, existem argumentos prós e contras a previsão da uniformização nos Juizados Especiais Federais, porém, como bem arrematado pelo autor, será necessário conviver com ela.

A questão referente à (in)constitucionalidade da manifestação do Superior Tribunal de Justiça, como já mencionado, será feita adiante em tópico aparte.

3.1. Natureza Jurídica do Instituto

A doutrina e a jurisprudência são pacíficas no sentido de que o Pedido de Uniformização tem natureza jurídica de recurso²³, argumentando principalmente que: a) a decisão da Turma de Uniformização é posterior à da Turma Recursal; b) a decisão da Turma de Uniformização substitui o acórdão recorrido; c) somente a parte interessada poderá provocar a uniformização²⁴.

Transcrevo abaixo a Questão de Ordem nº. 01²⁵ da Turma Nacional de Uniformização:

1. Os Juizados Especiais orientam-se pela simplicidade e celeridade processual nas vertentes da lógica e da política judiciária de abreviar os procedimentos e reduzir os custos.
2. Diante da divergência entre decisões de Turma Recursais de regiões diferentes, o pedido de uniformização tem a natureza jurídica de recurso, cujo julgado, portanto, modificando ou reformando, substitui a decisão ensejadora do pedido.
3. A decisão constituída pela Turma de Uniformização servirá para fundamentar o juízo de retratação das ações com o processamento sobrestado ou para ser declarada a prejudicialidade dos recursos interpostos.

²³ Conclui Sérgio Cruz Arenhart: “Deste breve resumo do instituto, nota-se que constitui ele nova figura recursal, assemelhada aos embargos de divergência, cuja finalidade básica é de manter a uniformidade na interpretação do **direito material** de interesse federal. Cria-se, então, nova instância recursal, além das turmas recursais, com finalidade específica de tornar idêntica a aplicação do direito federal”. ARENHART, Sérgio Cruz; Juizados Especiais Federais: Pontos Polêmicos. In: **Juizados Especiais Federais: Primeiras Impressões**. Coordenador: Eduardo Didonet Teixeira. Curitiba: Gênesis, 2001. p. 44/45.

²⁴ Ver neste sentido:

SANCHES, Salvador Infante; A Uniformização da Jurisprudência, os Juizados Especiais Federais e o Papel do Superior Tribunal de Justiça. In: **Juizados Especiais Federais**. Coordenador Jefferson Carús Guedes. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 532/533.

REIS, Roberto Henrique dos; **Curso de Direito Processual Civil: Juizados Especiais Cíveis**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006. p. 219.

²⁵ Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 12.11.2002.

Álvaro Couri Antunes Sousa aponta uma das diferenças entre o instituto em análise e o incidente de uniformização presente no Código de Processo Civil da seguinte forma²⁶:

Ressalte-se, contudo, que a uniformização de jurisprudência inserida nos arts. 476 e segs. do Código de Processo Civil, conquanto se assemelhe em alguns aspectos, não se confunde com a uniformização de lei federal descrita no artigo 14, *caput*, da Lei nº 10.259/01, haja vista que no primeiro caso, o instituto não tem natureza recursal, cogitando-se de pronunciamento prévio do tribunal, ao passo que no segundo, a natureza da uniformização é de recurso, porquanto suscitadas posteriormente à decisão da Turma Recursal ou da Turma de Uniformização, desde que envolvendo questão de direito material.

3.2. Turma Regional de Uniformização

Compete à Turma Regional de Uniformização – TRU – julgar o Pedido de Uniformização fundado em divergência entre Turmas Recursais da mesma Região e, também, realizar o juízo de admissibilidade prévio de Pedido de Uniformização direcionado à Turma Nacional de Uniformização quando este for interposto contra decisões da própria TRU. Tal procedimento está previsto no Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, como veremos no tópico seguinte.

Em que pese o § 1º do artigo 14 da Lei 10.259/2001 determinar que o Pedido de Uniformização fundado em divergências surgidas entre Turmas Recursais da mesma Região seja julgado em reunião das Turmas em conflito, foi adotado outro procedimento (ao menos na 4ª Região).

As sessões de julgamento são compostas pelas seis Turmas Recursais (duas de cada Estado), representadas por seus presidentes²⁷, e não apenas pelas Turmas em conflito. Isso evita que cada Turma Recursal defenda sua tese sem chegar a um consenso, amplia a discussão e racionaliza o trabalho. Ocorre que, a mesma questão já uniformizada entre a 1ª Turma Recursal do Paraná e a 1ª Turma Recursal de Santa

²⁶ SOUSA, Álvaro Couri Antunes; **Juizados Especiais Federais Cíveis**: Aspectos relevantes e o sistema recursal da Lei nº 10.259/01. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 147/148.

²⁷ O art. 6º da Resolução nº. 54/2001 do TRF4, com redação alterada pela Resolução nº 108/2005, diz: “O pedido fundado em divergência entre Turmas Recursais da 4ª Região (Lei nº 10.259, de 12/07/01, art. 14, § 1º) será julgado pela Turma Regional de Uniformização, sob a presidência do Desembargador-Coordenador dos Juizados.

§ 1º Integram a Turma Regional de Uniformização os Juízes Federais Presidentes das Turmas Recursais das Seções Judiciárias”.

Catarina poderia aparecer novamente em divergência com a 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o que demandaria nova uniformização. O Desembargador-Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região exercerá a presidência da Turma Regional de Uniformização e votará em caso de empate.

Cabe a observação de que, sendo o julgamento realizado apenas pelos Juízes Presidentes das Turmas Recursais (seis dentre dezoito), pode acontecer de ser uniformizada a tese minoritária. Talvez por este fato tenha sido alterado o procedimento para oportunizar via vídeo-conferência a manifestação de todos os juízes integrantes das Turmas Recursais desta Região. Continuam com direito a voto apenas os Presidentes, que poderão levar em consideração a argumentação dos outros juízes.

Cumprе salientar também que a determinação legal de que “*a reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica*” não é observada, havendo sessão com todos os votantes presentes na mesma cidade.

3.3. Turma Nacional de Uniformização

A Resolução nº. 22/2008 dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, sendo uma das maiores fontes do presente trabalho.

Compete à Turma Nacional de Uniformização – TNU – julgar os Pedidos de Uniformização fundados na divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões ou na divergência entre uma Turma Recursal e súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. O Pedido de Uniformização direcionado à Turma Nacional de Uniformização pode ser interposto, também, de decisão da Turma Regional de Uniformização que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do

Superior Tribunal de Justiça²⁸. É responsável, ainda, pelo juízo de admissibilidade prévio do Pedido de Uniformização direcionado ao STJ²⁹.

Conforme artigo 1º de seu Regimento Interno, a Turma Nacional de Uniformização é presidida pelo Ministro Coordenador-Geral da Justiça Federal que vota apenas em caso de empate. É composta por dez juízes federais, dois de cada Região, indicados pelos Tribunais Regionais Federais dentre os juízes integrantes das Turmas Recursais para mandato de dois anos.

Segundo Eustáquio Nunes Silveira, a parte do § 2º do artigo 14 da Lei 10.259/2001 que prevê que o Coordenador da Justiça Federal será Presidente da Turma Nacional de Uniformização é inconstitucional³⁰. Ele argumenta que, conforme a Constituição Federal, os julgamentos dos recursos originários dos Juizados devem ser julgados por juízes de 1º grau, além do que, a função do coordenador da Justiça Federal é meramente administrativa.

Cumpra lembrar que o Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização vota apenas no caso de empate.

²⁸ O art. 6º do Regimento Interno da TNU diz:

Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:

I – fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;

II – em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou

III – em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

²⁹ O art. 36 do Regimento Interno da TNU diz:

Quando a decisão da Turma Nacional for proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, o incidente de uniformização de jurisprudência será suscitado, nos próprios autos, no prazo de dez dias, perante o Presidente da Turma Nacional.

§ 1º A parte contrária será intimada para apresentar manifestação em igual prazo, findo o qual os autos serão conclusos ao Presidente da Turma Nacional, que decidirá acerca da admissibilidade.

§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

³⁰ Nas palavras do autor: “Inconstitucional também deve ser considerada a parte do § 2º do art. 14 do mesmo diploma legal (Lei nº. 10.259/01), que prevê que o Coordenador da Justiça Federal (um ministro do STJ integrante do Conselho da Justiça Federal) presidirá a Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais. Em primeiro lugar, a Carta política restringe o julgamento dos recursos interpostos contra as decisões dos Juizados Especiais às turmas de juízes de primeiro grau, não se podendo cogitar, portanto, da presença de juízes de segundo grau e, muito menos, de membros de tribunais superiores naqueles órgãos, ainda que em julgamentos de incidentes de uniformização de jurisprudência. Em segundo lugar, a função de coordenador da Justiça Federal é meramente administrativa, sendo aberrante a sua participação em um órgão judicial”. Retirado de: SILVEIRA, Eustáquio Nunes. O Sistema Recursal nos Juizados Especiais Federais e a Inconstitucionalidade da uniformização de sua Jurisprudência pelo STJ. In: **Revista Jurídica Consulex**. Ano VI, nº. 136, 15 de setembro de 2002. p. 34.

3.4. Observações sobre a (in)constitucionalidade do pedido de manifestação dirigido ao Superior Tribunal de Justiça

A Lei nº. 10.259/2001 criou a possibilidade de provocação do Superior Tribunal de Justiça para se manifestar acaso a decisão da Turma Nacional de Uniformização esteja em desacordo com alguma de suas súmulas ou de sua jurisprudência dominante.

O tema, como já mencionado, é controverso na doutrina, sendo que a maioria dos autores sustenta que a manifestação do STJ em processos oriundos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais é inconstitucional. O argumento principal é que o Pedido de Uniformização seria equiparado ao Recurso Especial, que não é admitido nos Juizados Especiais Federais uma vez que as Turmas Recursais não são Tribunais. Vejamos o que diz Sérgio Cruz Arenhart³¹ sobre o tema:

A figura, sem sombra de dúvida, apresenta uma nova espécie de recurso especial, travestida em inocente regra da lei. Obviamente, o que se está prevendo é a possibilidade de apresentar um recurso especial (baseado em contrariedade a suas súmulas ou jurisprudência dominante) ao Superior Tribunal de Justiça, em caso não contemplado pelo art. 105, inc. III, da Constituição Federal. Clara é, portanto, a inconstitucionalidade da figura, que por via oblíqua buscava superar debate surgido no campo dos juizados especiais estaduais.

Sabe-se que, diante dos juizados especiais estaduais mostra-se incabível a interposição de recurso especial da decisão final da turma recursal, precisamente porque esta não se confunde com um tribunal. Também a turma recursal federal, ou mesmo a turma de uniformização criada, não é tribunal, razão pela qual a mesma conclusão se imporia. Mediante o artifício aplicado ao dispositivo em exame, buscou-se superar a previsão constitucional, criando figura inominada – ainda que com a mesma finalidade e a mesma utilidade do recurso especial – dirigido ao Superior Tribunal de Justiça. Inquestionável é a inconstitucionalidade do “incidente”, porque cria nova hipótese de recurso especial (ainda que mascarado), fora dos casos previstos exaustivamente no texto constitucional.

No mesmo sentido caminha José Eduardo Carneira Alvim³², entendendo que não há razão para se diferenciar a inadmissibilidade do Recurso Especial nos Juizados Especiais Estaduais da situação prevista nos Juizados Especiais Federais³³:

³¹ ARENHART, Sérgio Cruz; Juizados Especiais Federais: Pontos Polêmicos. In: **Juizados Especiais Federais: Primeiras Impressões**. Coordenador: Eduardo Didonet Teixeira. Curitiba: Gênese, 2001. p. 46.

³² CARREIRA ALVIM, José Eduardo. **Juizados Especiais Federais**. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 106.

³³ Entende da mesma forma Álvaro Couri Antunes Sousa: “Sem dúvida, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça enfrentará grande dilema, já que se entender que o texto do art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/01 é constitucional, terá necessariamente que dar o mesmo tratamento aos Juizados Especiais Estaduais. Como consequência, acarretará o cancelamento da súmula 203 do STJ, além de causar o emperramento dessa Corte Superior de Justiça, que não encontrará tempo necessário para analisar esses milhares de processos que lá desaguarão”.

Não se entende por que o Superior Tribunal de Justiça, amparando-se na literalidade do art. 105, inciso III, alínea “c” da Constituição, depois de recusar-se a admitir recurso especial em sede de juizados especiais estaduais, onde também se aplica a lei federal e proliferam as divergências sobre a aplicação da lei federal, admitiu – o anteprojeto da Lei nº 10.259/01 foi orientação sua – dirimir divergência entre a Turma de Uniformização e as súmulas ou jurisprudência nele dominante; dois pesos e duas medidas, pelo simples fato de, nos juizados especiais federais estarem envolvidos interesses da administração federal, não sendo uma opção razoável para quem tem a missão de zelar pela uniformidade da lei federal em nível nacional.

Eustáquio Nunes Silveira entende que, ainda que fosse possível a admissão do Pedido de Uniformização como Recurso Especial, haveria inconstitucionalidade formal, uma vez que o legislador infraconstitucional não pode estender a competência do Superior Tribunal de Justiça firmada em sede constitucional³⁴. Vejamos³⁵:

Ademais, estando a competência do STJ firmada em sede constitucional, nenhuma lei infraconstitucional pode estendê-la, ainda que sob o pretexto de garantir a inteireza e a uniformidade de sua súmula ou jurisprudência dominante em questões de direito federal. De modo que os dispositivos da Lei nº 10.259, de 2001, que prevêm “embargos de divergência”, ou incidente de uniformização, ou recurso inominado – seja lá a denominação que se queira dar – para o STJ, “quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça”, não compadecem com o texto constitucional, além de criar embaraços desnecessários ao processo nos Juizados Especiais, que, como já se viu, deve ser simplificado e célere para a brevidade da conclusão da causa.

Defendendo o instituto aparece Guilherme Bollorini Pereira³⁶, segundo o qual *“deve-se buscar interpretar o texto legal em um sentido diferente daquele que decorre*

SOUSA, Álvaro Couri Antunes; **Juizados Especiais Federais Cíveis**: Aspectos relevantes e o sistema recursal da Lei nº 10.259/01. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 173.

³⁴ SILVEIRA, Eustáquio Nunes. O Sistema Recursal nos Juizados Especiais Federais e a Inconstitucionalidade da uniformização de sua Jurisprudência pelo STJ. In: **Revista Jurídica Consulex**. Ano VI, nº 136, 15 de setembro de 2002. p. 34.

³⁵ Neste sentido o trecho de ementa a seguir: “Pelo “princípio da indisponibilidade de competências”, que se acha associado ao “princípio da tipicidade de competências”, consagrados pela nossa Constituição, a competência dos órgãos constitucionais, entre eles os dos tribunais, não pode ser ampliada ou transferida. Qualquer tentativa de estabelecer-se tratamento analógico com o art. 102, III, da Constituição, onde não se veda a apreciação pelo STF de recurso extraordinário interposto de causas de alçada, redundaria em violação de tais princípios”. REsp 33.737-2/RJ, relator para o acórdão Ministro Adhemar Maciel, publicado no Diário da Justiça de 02/08/1993.

³⁶ Nas palavras do autor: “Ousamos divergir da opinião do festejado jurista (Carreira Alvim) e o fazemos recorrendo à doutrina de Luiz Roberto Barroso, segundo a qual, deve-se buscar interpretar o texto legal em um sentido diferente daquele que decorre de uma leitura intuitiva do dispositivo.

de uma leitura intuitiva do dispositivo”. Sustenta que a regra posta em dúvida deve ser interpretada de forma a harmonizá-la com os princípios constitucionais. Para tanto, afirma que o Pedido de Uniformização dirigido ao STJ não deve ser equiparado com o Recurso Especial uma vez que possuem pressupostos distintos, sendo que em um caso o STJ “*atua para dirimir controvérsia jurisprudencial entre tribunais*” e no outro “*para garantir que prevaleça o entendimento que ele próprio fixou para determinada questão de direito material, que certamente decorreu de julgamento de vários recursos especiais*”. Diz, ainda, que esta previsão defende a “*missão constitucional atribuída ao STJ*” e que a remessa ao STJ deveria ser obrigatória e de ofício pela Turma Nacional de Uniformização.

Entendemos que não assiste razão ao respeitável autor neste ponto, vez que a tentativa de equiparação ao Recurso Especial ocorre justamente na tentativa de salvar o instituto, vez que, se assim não for, não há competência prevista na Constituição para o Superior Tribunal de Justiça realizar o julgamento. A equiparação é realizada com o fim de demonstrar a existência de competência sem a qual o julgamento do Pedido de Manifestação pelo STJ é inconstitucional.

Assim, adota-se uma interpretação que harmonize a regra posta em dúvida com os comandos da Constituição da República, ou seja, o alcance e o sentido da lei são estabelecidos conforme as normas e princípios constitucionais.

A regra do § 4º do artigo 14 da Lei nº 10.259/2001 *não contraria o disposto no art. 105, III, “c”, da Constituição da República*, pelas seguintes razões: o pedido da parte interessada para que o Superior Tribunal de Justiça manifeste-se, caso o julgamento do incidente de uniformização contrarie jurisprudência daquela Corte, não tem o caráter substitutivo do recurso especial, pois o julgamento deste tem por finalidade fazer com que o STJ “*exerça seu papel primordial de zelar pela obediência e pela aplicação correta e uniforme do direito federal em todo território federal*”, devendo a divergência dar-se entre diferentes tribunais da Federação Brasileira.

Tal não se dá com o pedido de manifestação do STJ previsto no § 4º do artigo em comento, pois ele é motivado pelo fato de um único julgamento (relativo a questão de direito material) da Turma de Uniformização contrariar súmula ou jurisprudência dominante daquela Corte.

Os pressupostos de um e de outro são diferentes, pois no segundo – pedido de manifestação – o STJ não atua para dirimir controvérsia jurisprudencial entre tribunais, mas sim para garantir que prevaleça o entendimento que ele próprio fixou para determinada questão de direito material, que certamente decorreu de julgamento de vários recursos especiais.

Além disso, tendo em vista a divisão territorial da Justiça Federal, sem essa providência, correr-se-ia o risco de os Juizados Especiais Federais de diferentes regiões interpretarem diferentemente uma mesma questão de direito material, o que tornaria letra morta as normas e princípios concernentes à missão constitucional atribuída ao STJ, bem como inviabilizar-se-ia o funcionamento dos juizados especiais, daí decorrendo a desconfiança da população no Poder Judiciário, com tudo de ruim que tal situação produz no meio social. Por essas razões, entendemos que a regra do § 4º do artigo 14 da Lei nº 10.259/2001 é compatível com a Constituição da República”.

Extraído de: PEREIRA, Guilherme Bollorini. **Juizados Especiais Cíveis**: Questões de Processo e de Procedimento no Contexto do Acesso à Justiça. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Iuris, 2006. p. 204/205.

3.5. Pressupostos recursais

Não há na doutrina uma classificação homogênea para os requisitos de admissibilidade dos recursos, sendo usualmente divididos em: a) pressupostos objetivos e subjetivos – referindo-se ao recurso em si e à pessoa do recorrente; e b) pressupostos intrínsecos e extrínsecos – sendo “*os primeiros atinentes à existência do direito de recorrer e os últimos ao seu exercício*”³⁷; ou, ainda, há quem simplesmente prefira não realizar tais distinções, tratando dos requisitos de admissibilidade como um todo³⁸.

Neste tópico e nos seguintes serão abordados os requisitos de admissibilidade dos três recursos em análise: o Pedido de Uniformização dirigido à Turma Regional de Uniformização, à Turma Nacional de Uniformização e o Pedido de Manifestação ao Superior Tribunal de Justiça.

Importante ressaltar que:

(...) os pressupostos recursais constituem a matéria preliminar do procedimento recursal. Vale dizer que, se não atendido qualquer destes pressupostos, fica vedado ao tribunal conhecer do mérito do recurso. Tais são causas (e são as únicas causas) de não conhecimento dos recursos, não sendo correto confundir o exame dessa matéria com o mérito do recurso – que pode englobar tanto questões processuais da ação ou do processo (falta de condições da ação ou de pressupostos processuais). Faltando algum dos pressupostos recursais, deve o tribunal deixar de conhecer do recurso. Caso contrário, deve dar ou negar provimento ao recurso (ainda que seja para reconhecer a carência de ação ou a falta de pressuposto processual).³⁹

3.5.1. Intrínsecos

Seguindo a classificação utilizada pelos professores Sérgio Cruz Arenhart e Luiz Guilherme Marinoni⁴⁰, passa-se a análise dos pressupostos recursais intrínsecos.

³⁷ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil, V2: Processo de Conhecimento**. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 507.

³⁸ Neste sentido: “Tendo em vista a existência de diversas classificações, trataremos dos requisitos de admissibilidade dos recursos como um todo, sem separá-los em bloco, fazendo, porém, considerações pessoais sobre os indigitados requisitos”. MIRANDA, Gilson Delgado; PIZZOL, Patrícia Miranda. **Recursos no Processo Civil**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006, p. 19.

³⁹ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil, V2: Processo de Conhecimento**. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 513.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 507.

3.5.1.1. Cabimento

Os recursos em tela estão previstos no artigo 14 da Lei nº 10.259/2001, havendo, assim, previsão legal para sua existência, restando respeitado o princípio da taxatividade, segundo o qual *“somente podem ser considerados como recursos os meios de impugnação efetivamente arrolados por lei federal, sendo as demais figuras absolutamente inconstitucionais”*⁴¹.

Existem, ainda, algumas regras referentes aos recursos em análise, que devem ser respeitadas para seu conhecimento. Passarei neste momento a explicitar tais regras, citando jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização e da Turma Regional de Uniformização, além de questões de ordem da própria Turma Nacional de Uniformização, quando conveniente.

I – O pedido de uniformização deve ser de interpretação de lei federal;

Grande parte dos processos de competência dos juizados especiais federais trata de direitos previdenciários fundados na Lei Federal nº 8.213/91. Questões tributárias nas quais a União é ré, da mesma forma, tratam de questões envolvendo legislação tributária federal, não merecendo, este item, maiores comentários.

II – A questão a ser uniformizada deve ser de direito material;

O artigo 14, *caput*, é claro ao dispor que: *“Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre **questões de direito material** proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.”* grifei.

Conclui-se desta expressão, que é vedada a interposição do pedido de uniformização fundado em questões envolvendo direito processual ou para reexame de provas.

Neste sentido as súmulas nº 01 da TRU e 07 da TNU:

Súmula 01, TRU: *“Não caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando a divergência versar sobre questões de direito processual”*.

Súmula 07, TNU: *“Descabe incidente de uniformização versando sobre honorários advocatícios por se tratar de questão de direito processual”*.

⁴¹ *Ibidem*, p. 502.

A questão, em um primeiro momento, parece muito simples. Ocorre que nem sempre é pacífico o entendimento de que certa questão é de direito processual, material ou que a discussão envolve o reexame fático probatório, tornando o assunto um pouco mais delicado.

Transcreve-se abaixo, trecho do voto vencedor⁴² de julgamento na Turma Nacional de Uniformização, sobre a necessidade ou não de prévio requerimento administrativo no INSS para propor ação nos Juizados Especiais Federais, no qual a Juíza Federal Relatora do Acórdão afirma expressamente que a matéria poderia ser vista como direito material, sendo o próprio direito de ação, ou como questão de direito processual⁴³ e, por isso, o pedido de uniformização não deveria ser conhecido:

O presente pedido de uniformização tem por objeto definir se é necessária ou não a existência de requerimento administrativo prévio para a propositura de ação junto aos Juizados Especiais Federais que vise à concessão de benefício previdenciário. (...) **Temos duas teses, e podemos abraçar uma ou outra, de que seja direito material, que seria o próprio direito de ação, ou que é um direito processual e não conheceríamos do incidente. As duas teses são justificáveis e podemos adotar uma ou outra.** Grifei.

A vedação ao reexame fático probatório deve, também, ser analisada com cuidado. O julgamento de mérito nas turmas de uniformização **pode** criar a necessidade de reexame probatório posterior pela turma recursal de origem. Isso é permitido conforme expõe claramente a Questão de Ordem nº. 20⁴⁴ da TNU:

⁴² Autos nº 200772950016630, relatora do acórdão Juíza Federal Maria Divina Vitória, publicado no Diário da Justiça de 22/04/2009.

⁴³ Também neste sentido, transcrevo trecho de voto no qual a relatora afirma não existir jurisprudência dominante na TNU sobre a natureza da questão a ser analisada: “(...)já se decidiu: 1) se tratar de questão meramente processual, não se avançando no exame de mérito (Proc. nº 2004.39.00.704325-0, Rel. Juíza Federal Maria Divina Vitória, unân., DJU 14.12.2007; Proc. nº 2005.63.06014704-3, Rel. Juíza Federal Daniele Maranhão Costa, maioria, DJU 22.01.2008; e Proc. nº 2004.70.95.006951-2, Rel. Juiz Federal Valter Antoniassi Maccarone, maioria, DJU 08.09.2008); ou 2) se tratar de questão de direito material, e não meramente processual, avançando-se no exame de mérito ou não em virtude das demais circunstâncias dos casos apreciados (Proc. nº 2005.72.95.006849-8, Rel. Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa, unân., DJU 23.11.2006; Proc. nº 2005.72.95.006179-0, Rel. Juiz Federal Alexandre Miguel, maioria, DJU 26.10.2006; e Proc. nº 2007.36.00.90.3787-0, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, maioria, DJU 07.11.2008).(...)”. Autos nº. 200438007363120, relatoria da Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, publicado no Diário da Justiça de 22/05/2009.

⁴⁴ Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.08.2006.

Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito.

Deve, desta forma, ser o pedido de uniformização claro em relação à **tese jurídica** que pretende ver uniformizada, evitando, assim, uma decisão de não admissibilidade baseada em **suposta** necessidade de reexame probatório.

Transcreve-se abaixo trecho de voto⁴⁵ proferido na Turma Nacional de Uniformização no qual o Pedido de Uniformização não foi conhecido por vedação ao reexame de provas:

Entendo que o caso é de não conhecimento do presente incidente. Com efeito, examinando-se os autos, conclui-se que a prova produzida foi devidamente valorada pelas instâncias ordinárias, tendo sido suficiente para o convencimento do Juízo acerca da inexistência de prova material do exercício de labor rural no período controvertido. Destarte, deve-se prestigiar a apreciação judicial nas instâncias ordinárias, posto que nestes juízos a convicção é formada a partir do contato imediato com as provas. No caso, as instâncias ordinárias concluíram não estarem presentes os elementos necessários ao reconhecimento da existência de prova material do exercício de atividade como rurícola em regime de economia familiar, não cabendo a esta instância extraordinária adentrar novamente no conjunto probatório, sob pena de alargar a competência desse colegiado, adstrita à solução de divergências na interpretação do direito material, bem como, sob pena de se criar mais uma instância recursal. Assim, considero ausentes os elementos necessários ao conhecimento do incidente, por ser vedado o reexame de provas nessa seara. Diante do exposto, não conheço do presente Incidente de Uniformização. É o voto.

III – Deve existir similitude fática e jurídica entre os julgados comparados;

Este pressuposto, que também parece não causar problemas à primeira vista, pode apresentar complicações. Ocorre que não há limite objetivo fixando o grau de semelhança necessário entre o julgado recorrido e os julgados paradigmas. Cabe ao juiz analisar com razoabilidade se as distinções existentes são suficientes para afastar o paradigma do acórdão recorrido, agindo com racionalidade. Por exemplo, imaginemos

⁴⁵ Autos nº 200261840020178, relatoria do Juiz Federal Otavio Henrique Martins Port, publicado no Diário da Justiça de 25/03/2009.

a seguinte situação. O autor X teve seu pedido de auxílio-doença negado pela 1ª Turma Recursal do Paraná. Alegou que a cegueira em seu olho **esquerdo** é causa incapacitante para o exercício de sua atividade habitual de motorista de ônibus. Inconformado, X interpõe pedido de uniformização direcionado à Turma Nacional de Uniformização, apontando como paradigma julgado da 1ª Turma Recursal de São Paulo no qual o autor Y teve seu pedido de auxílio-doença admitido, sob o fundamento de que a cegueira em seu olho **direito** é causa incapacitante para o exercício de sua atividade habitual de motorista de ônibus. Imaginemos, ainda, que este é o único elemento utilizado na fundamentação de ambos os casos, não havendo como diferenciá-los por outros critérios. Seria razoável não conhecer do pedido de uniformização afirmando que não existe similitude entre os julgados comparados? Creio que não. A tese jurídica a ser uniformizada nesta situação é a seguinte: “visão monocular é fator incapacitante para motorista de ônibus?”. O fato de ser no olho esquerdo ou direito não é motivo razoável para afastar o paradigma nesta situação.

Para evitar surpresas, o recorrente deve buscar o acórdão paradigma mais próximo possível a seu caso, em todas as formas de comparação. No exemplo dado acima, poderia surgir como argumento (incrível) o fato de que o hemisfério esquerdo do cérebro tem funções distintas do hemisfério direito, o que teria impacto variável na perspectiva de profundidade de acordo com o olho que está prejudicado.

Cita-se abaixo decisões da Turma Nacional de Uniformização de não conhecimento do Pedido de Uniformização devido à ausência de similitude entre os julgados:

EMENTA CIVIL. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – EBCT. DANO MATERIAL E MORAL. ATRASO NA ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE JURÍDICA E FÁTICA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1 – Constatação, no acórdão recorrido, de ocorrência de dano moral e patrimonial, em virtude do atraso na entrega da correspondência. Os paradigmas n. 605.950/RJ e 762.426/AM tratam do mero inadimplemento contratual, como fato que não dá ensejo, por si só, à indenização por dano moral. O acórdão n. 730.855 trata de extravio de correspondência. 2 – Ausência de similitude jurídica e fática entre as questões

abordadas no acórdão recorrido e os julgados indicados como paradigmas. 3 - Incidente não conhecido.⁴⁶

EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. ART. 34 DO ESTATUTO DO IDOSO (LEI Nº 10.741/2003). APLICAÇÃO ANALÓGICA A BENEFÍCIO DE IDOSO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE. 1. Tratando o acórdão paradigma da aplicação analógica do disposto no parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), em caso de cônjuge idoso, e versando o julgado recorrido sobre a não aplicação analógica do referido dispositivo, por não ser o cônjuge idoso, nos termos da lei, é de rigor o reconhecimento da ausência de similitude fática. 2. Pedido de uniformização não conhecido.⁴⁷

Como visto no primeiro caso, o acórdão recorrido tratava da existência de dano moral e patrimonial devido ao atraso na entrega da correspondência, enquanto os paradigmas cuidavam de dano moral por inadimplemento contratual e extravio da correspondência.

Já no segundo caso citado, no qual o pedido de uniformização também não foi conhecido, temos que o acórdão recorrido tratava da aplicação analógica do artigo 34 do Estatuto do Idoso a cônjuge idoso, e o acórdão paradigma tratava de tal aplicação analógica a cônjuge **não** idoso.

Sobre a matéria, cabe referência à Questão de Ordem nº. 22 da TNU, segundo a qual *“É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma”*.

IV – Existência de divergência entre Turmas da mesma Região, de Regiões distintas ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ;

Assim como nos tópicos anteriores, este requisito parece simples. Ocorre que a prática e a criatividade (de advogados e juízes) nos apresentam um número maior de situações do que as previstas nos dispositivos legais.

Uma das questões a ser levantadas surge quando se é apontada, em Pedido de Uniformização direcionado à Turma Nacional de Uniformização, decisão da própria

⁴⁶ Autos nº. 200534007549790, relatoria do Juiz Federal Otavio Henrique Martins Port, publicado no Diário da Justiça de 29/05/2009.

⁴⁷ Autos nº. 200770530018030, relatoria do Juiz Federal Otavio Henrique Martins Port, publicado no Diário da Justiça de 29/05/2009.

Turma Nacional de Uniformização como paradigma demonstrando a existência de divergência.

Poderia-se pensar, em princípio, que se existe decisão da Turma Nacional sobre o assunto, decisão esta que **teve como origem** julgados de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em comparação à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bastaria, por óbvio, apontar o julgamento da própria TNU, no qual já existem paradigmas comparados na defesa das duas eventuais teses conflitantes somado à fundamentação vencedora. Seria uma economia de trabalho para a Turma Nacional de Uniformização, além de obedecer ao requisito da demonstração de divergência. Todavia, este não foi o entendimento adotado até a aprovação da Resolução nº. 22/2008 do CJF que dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, substituindo o antigo Regimento – Resolução nº. 390/2004. Transcreve-se abaixo trecho de voto⁴⁸ proferido na Turma Nacional de Uniformização neste sentido:

(...)É bem verdade que após o advento do novo Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 22, de 04.09.2008, esta Turma Nacional passou a admitir pedido de uniformização tendo como paradigma sua própria jurisprudência (TNU, Proc. nº 2006.83.00.51.0337-1⁴⁹, Rel. Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, julgado em 29.10.2008). Porém, esta hipótese de admissibilidade excepcional, se restringe à jurisprudência dominante desta Turma Nacional, conforme previsto no art. 8º, inc. X, do novo Regimento Interno e de acordo com aquilo que foi decidido na referida sessão do dia 29.10.2008. Assim sendo, forçoso é reconhecer que o acórdão desta Turma Nacional invocado como paradigma (Proc. nº 2005.72.95.006179-0) não espelha a jurisprudência dominante desta Turma Nacional pelo simples fato de inexistir, até o momento, uma jurisprudência dominante quanto ao mérito deste tipo de pedido de uniformização nesta Turma Nacional (...)

⁴⁸ Autos nº. 200438007363120, relatoria da Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, publicado no Diário da Justiça de 22/05/2009.

⁴⁹ Conforme o relator mencionado: “(...) ressalto que a questão da admissibilidade do incidente neste caso é controvertida. No julgamento do Processo nº 2006.70.51.0047328, Relator Juiz Federal Leonardo Safi de Melo, após um empate de cinco votos contra cinco, o então Presidente desta Corte, Min. Gilson Dipp, entendeu pela impossibilidade “em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma, a demonstração de divergência com fundamento em paradigma oriundo de Turma Recursal da mesma regional e da própria Turma Nacional”, haja vista a não contemplação desta hipótese na Lei nº 10.259/01. Naquele julgamento me manifestei no sentido da possibilidade, sob o argumento de que a ausência de previsão expressa dessa situação na lei, não conduz à conclusão por sua inadmissibilidade. De fato, é razoável presumir que, se a função da TNU é de uniformizar conflitos jurisprudenciais no País, no âmbito dos JEF’s, uma vez posicionando-se acerca de determinada questão, não poderiam validamente decidir de forma contrária, se presentes os mesmos substratos que ensejaram aquela posição, as Turmas Recursais das diversas regiões. Admitir o contrário seria afirmar que ainda que a Turma Nacional de Uniformização houvesse “uniformizado” a solução de determinada questão, poderiam aqueles colegiados decidirem contrariamente, o que acabaria esmaecendo a própria função da TNU.”

Como se percebe pelo excerto acima, não houve evolução do raciocínio e sim um aumento na complicação da questão. A própria expressão “jurisprudência dominante” da Turma Nacional de Uniformização já causa certa estranheza. Ocorre que o artigo 15, § 1º do Regimento Interno da TNU diz:

Art. 15. O Presidente da Turma Recursal ou o Presidente da Turma Regional decidirão preliminarmente sobre a admissibilidade do incidente de uniformização.
§ 1º Não será admitido o incidente de uniformização que versar sobre matéria já decidida pela Turma Nacional de Uniformização.

Se tal dispositivo fosse seguido, haveria decisão única sobre cada questão uniformizada e impossível seria falar em “jurisprudência dominante” da Turma Nacional de Uniformização. Mais difícil ainda seria falar em “inexistência de jurisprudência dominante”! Não se está aqui defendendo sua aplicabilidade absoluta, o que causaria impossibilidade de alteração de entendimentos. Tal assunto será visto novamente no próximo critério a ser observado para o cabimento do Pedido de Uniformização.

Mutatis mutandis, as observações acima cabem à análise da possibilidade de uso de paradigmas da Turma Regional de Uniformização em Pedido de Uniformização dirigido à própria TRU.

Decisões do Supremo Tribunal Federal, até que a Turma Nacional de Uniformização decida em contrário, não são permitidas para embasar o Pedido de Uniformização. Deve ser observado apenas que o próprio artigo 8º, inciso X⁵⁰ do novo Regimento Interno da TNU, utilizado para alterar o posicionamento acerca da aceitação de julgados da TNU como paradigmas, faz também menção à súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal. Neste sentido⁵¹:

⁵⁰ Assim dispõe o artigo e inciso mencionado: “Artigo 8º Compete ao relator: X – dar provimento ao incidente se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, podendo determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação;”

⁵¹ Autos nº. 200260840007500, relatoria do Juiz Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, publicado no Diário da Justiça em 15/04/2004.

1. Os acórdãos confrontados, apesar de partirem de pressuposto símil - pois ambos adotam conceito restritivo de família -, chegam a conclusões diversas. Ademais, versam sobre situações também diversas. 2. Comprovação da incapacidade dos filhos. Tese não discutida nos autos. Ausência do necessário prequestionamento. 3. **Contrariedade à jurisprudência do STF não caracteriza hipótese de interposição de incidente de uniformização (art. 14 da Lei de Regência).** Grifei.

Deve-se também atentar para o uso de paradigmas das antigas únicas Turmas Recursais dos estados da Região Sul. Até o final de 2005 havia apenas uma Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em cada um dos três estados que compõe a 4ª Região. Paradigmas de tais turmas devem ser evitados para não abrir possibilidade de não conhecimento por ausência de contemporaneidade ou argumentação semelhante.

No Pedido de Uniformização direcionado à Turma Regional de Uniformização, não são suficientes para demonstração da divergência paradigmas de juízes diferentes integrantes da mesma Turma Recursal. Isto porque o pedido deve ser fundado na divergência **entre** Turmas da mesma Região. Sobre o tema⁵²:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DIRIGIDO À TURMA REGIONAL.
PARADIGMA DA MESMA TURMA RECURSAL ORIUNDO DE JUÍZO
DIVERSO. NÃO CABIMENTO.

À luz do previsto pelo artigo 14 da Lei nº. 10.259/01, o precedente oriundo de outro juízo dentro da mesma Turma Recursal não têm o condão de ensejar a divergência capaz de fundamentar o pedido de uniformização.

Não conhecimento do pedido de uniformização de jurisprudência.

Deve-se atentar ainda para eventuais mudanças de entendimento na Turma Recursal cujo acórdão servirá para demonstração de divergência. Apesar deste requisito não estar previsto em lei, ambas as Turmas de Uniformização, Nacional e Regional, possuem julgados não conhecendo do Pedido de Uniformização por entenderem não restar caracterizada divergência atual sobre o tema. A TNU editou, inclusive, questão de ordem⁵³ nos seguintes termos: “*Quando o acórdão indicado*

⁵² Autos nº. 2007.72.95.009178-0, relatoria do Juiz Federal Adel Americo Dias de Oliveira, publicado no Diário Eletrônico de 02/09/2009.

⁵³ Questão de Ordem nº. 12, aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005.

como paradigma já foi vencido na Turma de origem, por súmula, não serve para demonstração da divergência.” Por sua vez decidiu a TRU⁵⁴:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.
INADMISSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO PARADIGMA
SUPERADO NO ÓRGÃO JULGADOR ORIGINÁRIO.

1. Não se admite incidente de uniformização fundado em divergência não mais existente entre os órgãos julgadores do acórdão paradigma e do acórdão recorrido.
2. A divergência capaz de propiciar o conhecimento do pedido de uniformização é apenas a divergência atual, jamais uma divergência já superada pela Turma de onde proveio o acórdão paradigma.
3. Incidente não conhecido.

Nota-se que a Turma Nacional de Uniformização afasta o paradigma apenas se vencido por súmula na Turma de origem, enquanto a Turma Regional de Uniformização age de forma mais rigorosa, afastando-o em qualquer caso. Duas considerações devem ser feitas. Em um primeiro plano deve se observar que “*o objetivo primordial da Turma Nacional é uniformizar a jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais Federais*”⁵⁵. Assim, se não há divergência atual, não há motivos para provocar a manifestação deste órgão remoendo teses já ultrapassadas. Por outro lado, ao inovar em tal requisito, as Turmas de Uniformização podem prejudicar a interposição de pedido de uniformização no qual o diligente advogado observou todos os critérios legais, efetuou pesquisa em Turma Recursal de outro Estado, apontou corretamente a divergência, enfim, não se atentou unicamente para este ponto por não existir previsão legal. Note-se que após julgamento da Turma Nacional de Uniformização existe a possibilidade de manifestação do Superior Tribunal de Justiça e, ainda, interposição de Recurso Extraordinário, hipóteses que deixarão de existir acaso não conhecido o Pedido de Uniformização. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, discorrendo sobre o formalismo processual civil e o poder estatal, afirma que “*a criação jurisprudencial de requisitos recursais não previstos previamente em lei*”

⁵⁴ Autos nº. 2007.71.95.024317-5, relatora para o acórdão Juíza Federal Luísa Hickel Gambá, publicado no Diário Eletrônico de 13/05/2009.

⁵⁵ PONCIANO, Vera Lúcia Feil. **Justiça Federal**: Organização, Competência, Administração e Funcionamento. Curitiba: Juruá, 2008, p. 211.

constitui “*manifesta afronta aos princípios*” da distribuição e da organização do poder estatal⁵⁶.

Prosseguindo na análise dos paradigmas aceitos para demonstração da divergência apta a ensejar a interposição do Pedido de Uniformização, vejamos o que diz a Turma Nacional de Uniformização⁵⁷ acerca da utilização de julgados proferidos nos Tribunais Regionais Federais:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. 1. Conforme o disposto no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001 não cabe pedido de uniformização nacional com base em divergência com a jurisprudência de Tribunais Regionais Federais. 2. Similitude fático-jurídica não demonstrada. 3. Reexame da prova incabível. 4. Pedido de uniformização não conhecido.

A jurisprudência é pacífica neste ponto. A Turma Regional de Uniformização, da mesma forma, não admite paradigmas dos Tribunais Regionais Federais.

V – Inexistência de julgamento do tema nas Turmas de Uniformização em mesmo sentido do acórdão recorrido;

Esta condição para o cabimento dos Pedidos de Uniformização está prevista no Regimento Interno da TNU⁵⁸ – Resolução 22/2008 do CJF – e das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região⁵⁹ – Resolução nº. 22/2007 do TRF4.

⁵⁶ OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de. **Do formalismo no processo civil**. 3. ed. rev., atual. e aumentada. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 68/70. Segundo o autor, “a atividade jurisdicional, como qualquer outra atividade estatal, não pode prescindir de exata regulação da competência, o que equivale, na perspectiva aqui encarada, à estrutura hierárquica de juízes e tribunais. Esse imperativo acarreta, por sua vez, estrita regulação dos recursos, exigindo sua exata fixação por lei, afastando-se a livre determinação das partes ou do órgão judicial a respeito do emprego da inconformidade no caso concreto, assim como de seus pressupostos e requisitos. Implica dizer, portanto, que escapam à manipulação pessoal do juiz e dos litigantes os amplos domínios do ordenamento judiciário dedicados à regulação da competência e dos recursos, os quais devem ser objetos de um direito processual rigoroso, a ser aplicado de maneira formal. Constitui, portanto, manifesta afronta aos princípios a criação jurisprudencial de requisitos recursais não previstos previamente em lei, como aconteceu, e.g., no âmbito do agravo de instrumento destinado a fazer subir recurso extraordinário ou especial, com a exigência de prova da tempestividade da interposição dos recursos denegados, antes da edição da Lei n. 10.352, de 27 de dezembro de 2001”.

⁵⁷ Autos nº. 200783025024572, relatoria da Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, publicado no Diário da Justiça de 22/05/2009.

⁵⁸ Art. 15. O Presidente da Turma Recursal ou o Presidente da Turma Regional decidirão preliminarmente sobre a admissibilidade do incidente de uniformização. § 1º Não será admitido o incidente de uniformização que versar sobre matéria já decidida pela Turma Nacional de Uniformização.

⁵⁹ Art. 21. Recebido pedido de uniformização de jurisprudência, a parte adversa será intimada para apresentar contra-razões no prazo de 10 (dez) dias. § 3º Havendo processo similar já decidido pela Turma Nacional de Uniformização, o Presidente da 2ª Turma Recursal declarará o pedido prejudicado.

Sua finalidade aparenta ser, em primeiro lugar, a de evitar Pedidos de Uniformização repetitivos sobre temas já julgados pelo colegiado, em prol da racionalização dos trabalhos, economia processual e duração razoável do processo. Em segundo lugar, e não menos importante, temos a manutenção da jurisprudência uniformizada que serve de norte para os Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais de todo Brasil.

Notável a importância de tal regra. Falta, todavia, dispositivo tratando da forma pela qual a jurisprudência poderia ser revisada, presentes as condições para superação do precedente.

Na prática, este requisito é usado conforme a vontade dos julgadores. Alguns Pedidos de Uniformização sobre matéria já julgada são conhecidos e causam a alteração do entendimento da Turma de Uniformização – sem ter havido, contudo, alteração fática, argumentativa, etc. entre os casos –, e outros não são conhecidos sob a alegação de que o tema já foi discutido.

Um dos fatores que contribuem para essa situação desordenada é a alta rotatividade dos Juízes integrantes das Turmas de Uniformização, que possuem mandato de 2 anos. Essa rotatividade, somada ao desrespeito aos precedentes, infelizmente causa alteração constante no entendimento do colegiado responsável pela uniformização da jurisprudência.

Cita-se, para demonstração da confusão jurisprudencial, a discussão acerca da necessidade de prévio requerimento administrativo para ingressar com ação judicial contra o INSS. O colegiado, em seus poucos anos de existência, já conseguiu decidir a questão de pelo menos 4 formas distintas: a) não há necessidade de prévio requerimento administrativo;⁶⁰ b) a necessidade de prévio requerimento é superada pela existência de contestação sobre o mérito;⁶¹ c) o assunto não deve ser

⁶⁰ PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PARA INGRESSO DE AÇÃO JUDICIAL VISANDO À CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. I – Na esteira do entendimento da jurisprudência dominante no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, não há necessidade de prévio requerimento administrativo no âmbito da autarquia previdenciária para o posterior ajuizamento de ação judicial com vistas à concessão de benefício previdenciário. II – Incidente de Uniformização conhecido e provido, para anular o feito desde a sentença e determinar o retorno dos autos à origem para a sua regular prossecução. (Autos nº. 200472950076510, relatoria do Juiz Federal JOEL ILAN PACIORNIK, publicado no DJU de 23/05/2006.)

⁶¹ PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTESTAÇÃO DO RÉU ESPECIFICAMENTE ACERCA DO MÉRITO. PRESENÇA DO INTERESSE DE

uniformizado pois se trata de questão processual;⁶² d) há necessidade, porém não há similitude fática entre as decisões comparadas dos Juizados Especiais Federais com a jurisprudência do STJ, vez que esta se origina de julgamentos em Varas Comuns, causando o não conhecimento no caso.⁶³

Como visto, a Turma responsável pela uniformização da jurisprudência não tem uma jurisprudência uniforme. Esta situação causa grande insegurança jurídica, pela falta de previsibilidade em determinadas matérias. Deve-se ainda notar que a variação jurisprudencial da Turma Nacional de Uniformização acaba, como de se esperar, passando para Turmas Recursais e Juizados Especiais Federais que dão atenção aos precedentes da Turma Nacional de Uniformização.

Ressalta-se, apenas, que as críticas feitas são direcionadas ao sistema de alta rotatividade dos juízes e à cultura do desrespeito aos precedentes.

AGIR. 1. Situação em que a sentença, chancelada pelo v. acórdão da Turma Recursal, entendeu ausente o interesse de agir, mercê da inexistência de formulação de requerimento administrativo prévio. Destacou-se que toda a documentação relativa ao pleito em referência era posterior à DER (data da entrada do requerimento de aposentadoria). 2. A contestação oferecida pelo INSS, entretanto, aborda, especificamente, a matéria pertinente ao tempo de serviço especial (não foi sequer invocada a preliminar de ausência de interesse de agir), razão por que deve ser tida como caracterizada a pretensão resistida do réu. 3. Pedido de Uniformização conhecido e parcialmente provido, para determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem, o qual deverá examinar o mérito do pedido de reconhecimento de tempo de serviço especial, a despeito da ausência de requerimento administrativo. (Autos nº. 200672950155442, relatoria da Juíza Federal JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, publicado no DJ de 25/03/2009).

⁶² EMENTA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO RECONHECIDA PELO JULGADOR MONOCRÁTICO E PELA TURMA DE ORIGEM. PERÍODO DE ATIVIDADE RURAL NÃO POSTULADO QUANDO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. Mesmo considerando que o entendimento dominante do STJ seja no sentido da dispensabilidade da exigência de prévio requerimento administrativo para o ajuizamento de ações que visem à concessão de benefícios previdenciários, o incidente não tem como ser conhecido, pois a matéria discutida (questão de direito processual), não pode ser objeto de pedido de uniformização, de acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001. Incidente não conhecido. (Autos nº. 200770950159460, relatoria do Juiz Federal CLÁUDIO ROBERTO CANATA, publicado no DJU de 16/01/2009).

⁶³ PREVIDENCIÁRIO – APOSENTADORIA ESPECIAL – TRABALHADOR RURAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR – SENTENÇA QUE JULGA EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – FALTA DE INTERESSE DE AGIR - AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – NECESSIDADE DE PRÉVIA CARACTERIZAÇÃO DE LIDE – PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1) A Jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça que afasta a necessidade de prévio requerimento administrativo para que o segurado possa ajuizar ação de natureza previdenciária não tem similitude fática com as hipóteses das ações previdenciárias que tramitam nos Juizados Especiais Federais, tendo em vista que foram estabelecidos em processos previdenciários de varas federais comuns, antes mesmo da criação dos Juizados Especiais Federais. 2) Nas ações previdenciárias no âmbito dos JEF's é necessária a prévia caracterização de lide para atender à condição da ação relativa ao interesse de agir, na sua modalidade de utilidade/necessidade do provimento jurisdicional, o que se dá com o prévio requerimento administrativo, em que haja indeferimento expresso do pedido ou demora injustificável para sua apreciação. Entendimento contrário importa no aumento extraordinário do número de demandas desnecessárias no âmbito dos JEF's, o que compromete a celeridade daqueles processos onde realmente haja lide e necessidade da intervenção do Poder Judiciário. (Autos nº. 200572950061790, relatoria do Juiz Federal ALEXANDRE MIGUEL, publicado no DJU de 26/10/2006).

No mesmo sentido do disposto nos Regimentos Internos da Turma Nacional de Uniformização e das Turmas Recursais da 4ª Região, a questão de ordem nº. 13 da TNU diz: “*Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido*”⁶⁴.

A regra em debate, e assim os precedentes, deve ser observada até que ocorra uma proposta de revisão da jurisprudência fundada em alteração jurídica relevante, caso em que poderá ocorrer a superação do precedente.

Cita-se abaixo julgados da TRU nos quais foi corretamente observada a forma de proceder quando já existente julgamento anterior sobre o tema:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO ANTES DO INÍCIO DA INCAPACIDADE. IMPLEMENTO DA CARÊNCIA DA APOSENTADORIA POR IDADE. **MATÉRIA JÁ UNIFORMIZADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.**

(...)

3. Tratando-se de matéria já uniformizada por esta Turma Regional, no Incidente de Uniformização 2004.70.95.003509-5, no sentido de que “*As prestações por incapacidade, aposentadoria por invalidez e auxílio- doença, não podem ser concedidas quando o segurado vitimado pelo risco social perdeu o vínculo com o sistema*”, **e não havendo proposta de revisão de jurisprudência, o incidente de uniformização não deve ser provido.**⁶⁵ Grifo nosso.

Como se observa do julgado acima, o Pedido de Uniformização não foi conhecido por tratar de tema já julgado pela Turma Regional de Uniformização em mesmo sentido do acórdão recorrido. Note-se a observação realizada pela Juíza Federal Bianca Georgia Arenhart Munhoz da Cunha, no sentido de que inexistiu proposta de revisão jurisprudencial. Seguindo a mesma lógica, o Pedido de Uniformização abaixo foi provido para que a Turma Recursal de origem procedesse à adequação do julgado que contrariava julgamento anterior da Turma Regional de Uniformização:

⁶⁴ .Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005. O enunciado é semelhante ao da Súmula 286 do STF: “Não se conhece do recurso extraordinário fundado em divergência jurisprudencial, quando a orientação do plenário do Supremo Tribunal Federal já se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida”.

⁶⁵ Autos nº. 2007.72.51.003527-0, relatoria da Juíza Federal Bianca Georgia Arenhart Munhoz da Cunha, publicado no Diário Eletrônico de 30/06/2009.

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. MATÉRIA JÁ APRECIADA PELA TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. RETORNO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO.

1. Se a matéria discutida no incidente de uniformização de jurisprudência já foi apreciada pela Turma Regional de Uniformização em outro processo, impõe-se seu conhecimento e provimento, devendo os autos retornar à Turma de origem para adequação do julgado ao entendimento uniformizado pela Turma Regional.
2. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido. Precedente da TRU da 4ª Região.⁶⁶

VI – Prequestionamento;

É pacífico nas Turmas de Uniformização que a tese que se pretende ver uniformizada deve ter sido discutida perante a Turma Recursal de origem, não valendo para tanto a discussão do tema em voto vencido. Este posicionamento, semelhante ao do STJ⁶⁷ e do STF⁶⁸, prestigia, a meu ver, os princípios do contraditório e ampla defesa, uma vez que possibilita eventual recurso da parte adversa - quando o tema aparece em instância inferior - e defesa, em peça que não somente as contrarrazões ao Pedido de Uniformização.

Exemplificando a questão⁶⁹:

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. CONTEMPORANEIDADE DA PROVA MATERIAL. PREQUESTIONAMENTO. 1. Tal como se dá nos recursos especial e extraordinário, o Pedido de Uniformização de Jurisprudência também deve atender à exigência do prequestionamento, mesmo porque é impossível haver contrariedade a determinada jurisprudência do STJ se o acórdão impugnado nem sequer chegou a emitir juízo acerca da matéria jurídica. 2. Incidente não conhecido.

As Questões de Ordem nº. 10⁷⁰ e 14⁷¹ da TNU tratam especificamente do tema, como se vê abaixo:

⁶⁶ Autos nº. 2006.71.95.019963-7, relatoria da Juíza Federal Bianca Georgia Arenhart Munhoz da Cunha, publicado no Diário Eletrônico de 02/07/2009.

⁶⁷ Súmula nº. 320: A questão federal somente ventilada no voto vencido não atende ao requisito do prequestionamento.

⁶⁸ Súmula nº. 282: É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula nº. 356: ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

⁶⁹ Autos nº. 200384130004793, relatoria da Juíza Federal Liliane do Espírito Santo Roriz de Almeida, publicado no Diário da Justiça de 01/04/2004.

Questão de Ordem nº. 10: Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.

Questão de Ordem nº. 14: Os temas tratados no voto vencido, sem terem sido enfrentados pelo voto condutor, não satisfazem o requisito do prequestionamento.

3.5.1.2. Interesse recursal

O recorrente deve ter no recurso a única via (necessidade) para alcançar o que deseja no processo e que ainda não foi alcançado (utilidade). Desta forma, a existência de prejuízo na decisão combatida é necessária para que reste superado este pressuposto recursal.

Nas palavras de Sérgio Cruz Arenhart e Luiz Guilherme Marinoni⁷²:

A fim de que possa o interessado socorrer-se do recurso, é fundamental que possa antever algum interesse na utilização deste caminho. À semelhança do que acontece com o interesse de agir (condição da ação), que engloba a adequação da via eleita (traduzida, em termos de recursos, pela noção de cabimento, como visto), é necessário que o interessado possa vislumbrar alguma *utilidade* na veiculação do recurso, utilidade esta que somente possa ser obtida através da via recursal (*necessidade*). A fim de preencher o requisito “utilidade”, será necessário que a parte (ou o terceiro), interessada em recorrer, tenha sofrido algum prejuízo jurídico em decorrência da decisão judicial, ou ao menos que esta não tenha satisfeito plenamente a pretensão exposta (uma vez que, sendo vencidos autor e réu, ambos terão interesse em recorrer).

Assim, acaso exista mais de um argumento suficiente para manutenção da decisão que se pretende ver reformada pela Turma de Uniformização, todos devem ser combatidos.

Por exemplo, o benefício assistencial, regulado pela Lei nº. 8.742/93, tem como requisitos a incapacidade laborativa e a miserabilidade. Se o acórdão da Turma Recursal entender que não foi comprovado nem um nem outro requisito, não adianta o

⁷⁰ Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 22.11.2004.

⁷¹ Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005.

⁷² ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil, V2: Processo de Conhecimento**. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 508.

autor interpor o Pedido de Uniformização alegando que existe divergência sobre a forma de aferir a miserabilidade. Isto porque, mesmo que seu Pedido de Uniformização fosse conhecido e provido, reconhecendo a existência de miserabilidade, a falta de comprovação da incapacidade laborativa impediria a concessão do benefício, tornando absolutamente inútil o provimento da Turma de Uniformização. Poder-se-ia pensar que a utilidade seria caracterizada pela uniformização da jurisprudência para casos futuros, assim, seria uma utilidade não para o recorrente mas para a coletividade, porém, nessa hipótese remota apenas o Ministério Público teria legitimidade.

O fato é que a Turma Nacional de Uniformização e a Turma Regional de Uniformização⁷³ não conhecem dos Pedidos de Uniformização se não forem combatidos todos os argumentos suficientes para manutenção do julgado. Merece transcrição a Questão de Ordem nº. 18 da TNU: “*É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles*”⁷⁴. Como se vê, este enunciado é muito parecido com a Súmula nº. 283 do STF.

Deste modo, para que seja reconhecido o interesse recursal, o Pedido de Uniformização deve ser apto a alterar o resultado da demanda, e isto só ocorre quando todos os fundamentos suficientes são trazidos à uniformização.

O recurso em inobservância ao observado neste tópico pode, inclusive, ser visto como manifestamente protelatório, considerando sua visível inutilidade.

⁷³ De forma semelhante julga o STJ e STF conforme Súmulas 126 e 283, respectivamente:

Súmula 126: É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.

Súmula 283: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

⁷⁴ Aprovada na 4ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 06 e 07.06.2005.

3.5.1.3. Legitimidade recursal

A parte interessada e o Ministério Público possuem legitimidade para recorrer. No rito dos Juizados Especiais é vedada a intervenção de terceiro e a assistência⁷⁵.

A Lei dos Juizados Especiais Federais, em seu art. 14, § 4º, diz que a “*parte interessada*” poderá provocar a manifestação do Superior Tribunal de Justiça, o mesmo valendo para os Pedidos de Uniformização direcionados às Turmas de Uniformização.

Interessados que não sejam partes no processo poderão se manifestar apresentando memoriais e produzindo sustentação oral durante o julgamento na Turma Nacional de Uniformização e no Superior Tribunal de Justiça, casos que veremos no tópico relativo ao processamento dos recursos, já que não se trata de legitimidade para recorrer, mas sim da possibilidade de se manifestar em processo no qual já existe recurso.

3.5.1.4. Inexistência de fato extintivo do direito de recorrer

A renúncia ao direito de recorrer e a aceitação, expressa ou tácita, da decisão proferida caracterizam fato extintivo do direito de recorrer.

Não foram encontradas peculiaridades referentes a este pressuposto nos Pedidos de Uniformização, razão pela qual passa-se ao próximo ponto.

3.5.2. Extrínsecos

Presente a existência do direito de recorrer – pressupostos intrínsecos –, devem ser observadas regras referentes ao próprio exercício do direito de recorrer, os chamados pressupostos extrínsecos.

⁷⁵ O artigo 10 da Lei 9.099/95 c/c art. 1º da Lei 10.259/01 diz: “*Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio*”.

3.5.2.1. Regularidade formal

I – Cópia integral dos julgados paradigmas;

A Resolução nº. 22/2008 determina, em seu artigo 13⁷⁶, que o Pedido de Uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização seja instruído com cópia dos julgados divergentes. Ocorre que a própria TNU tem abrandado, em algumas situações, tal exigência. A Questão de Ordem nº. 03⁷⁷ diz: “*A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões*”. Dessa forma, vem a Turma Nacional de Uniformização exigindo a cópia integral dos julgados provenientes das Turmas Recursais, mas não exige a cópia quando a decisão apontada como paradigma for sua ou do Superior Tribunal de Justiça. Para tanto, sustenta que o acesso a seus julgados e do STJ é amplo, podendo encontrar as decisões facilmente no site oficial do STJ (www.stj.jus.br) e do portal da justiça federal (www.jf.jus.br). Sobre o tema, vale a transcrição de trecho de voto⁷⁸ da Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva:

É verdade que esta Turma Nacional tem afastado essa exigência em se tratando de jurisprudência do STJ ou desta própria Turma Nacional, admitindo apenas a referência às respectivas ementas ou a transcrição do inteiro teor ou de excerto da jurisprudência do STJ ou desta turma. Isto, porém, se deve a uma peculiaridade: nestas 2 (duas) hipóteses o acesso ao inteiro teor dos respectivos acórdãos é amplo e célere, por via do site oficial do STJ (www.stj.jus.br) e do portal da justiça federal (www.jf.jus.br), posto que ambos os sites são do domínio do próprio STJ, Tribunal ao qual se acha vinculada esta Turma Nacional por intermédio do CJF. Entretanto, em se tratando de divergência entre jurisprudência de Turmas Recursais ou Regionais de diferentes regiões, essa exigência não merece ser afastada, conforme o entendimento, a contrario sensu, da Questão de Ordem nº 03, de acordo com a qual “*a cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões*”. Portanto, em se tratando de divergência entre jurisprudência de Turmas Recursais ou Regionais de diferentes regiões, a admissibilidade do pedido de uniformização nacional depende da apresentação de cópia do acórdão invocado como paradigma, não suprimindo esta exigência a aparente transcrição integral ou parcial do acórdão divergente. Primeiro porque se trata de uma exigência prevista expressamente no Regimento Interno desta Turma Nacional. Segundo porque assim tem sido exigido pela jurisprudência desta Turma, atentando para o sentido da Questão de Ordem nº 03. E terceiro

⁷⁶ “Art. 13. O incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional será submetido ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma Regional, no prazo de dez dias, a contar da publicação, **com cópia dos julgados divergentes** e a demonstração do dissídio.

Parágrafo único. O requerido será intimado perante o juízo local para, no mesmo prazo, apresentar contrarrazões.” Grifei.

⁷⁷ Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 30 e 31.08.2004.

⁷⁸ Autos nº. 200640007098350, relatoria da Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, publicado no Diário da Justiça de 29/05/2009.

porque em se tratando de jurisprudência de Turmas Recursais ou Regionais de diferentes regiões não podem os requerentes pretender transferir o seu ônus processual de apresentarem cópia dos acórdãos invocados como paradigmas para a Turma Nacional simplesmente aparentemente transcrevendo o inteiro teor ou excerto destes acórdãos. A esta Turma não cabe a conferência de eventuais transcrições supostamente integrais ou parciais em um sem número de repositórios de jurisprudência diferentes, inclusive em um sem número de portais de processo eletrônico diferentes, muitos dos quais nem sequer dão acesso ao conteúdo de acórdãos na consulta pública a que os membros desta Turma teriam de se sujeitar. Cabe, isto, sim, ao requerente do pedido de uniformização apresentar cópia dos acórdãos invocados como paradigmas, inclusive, e principalmente, para viabilizar o exercício do contraditório e da ampla defesa pelo requerido.

Já a Turma Regional de Uniformização não exige cópia dos julgados divergentes, argumentando que esta exigência se encontra no Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e, por ser mais restritiva, não deve ser aplicada por analogia. Além deste fundamento, a dificuldade que pode ser levantada pela TNU, referindo-se à pesquisa da jurisprudência de todas as Turmas Recursais do Brasil, não pode ser levantada pela TRU, visto que os paradigmas apontados devem ser apenas das Turmas Recursais da Região Sul. Vejamos⁷⁹:

Não obstante a norma administrativa transcrita exija que o incidente de uniformização seja instruído com cópia dos julgados divergentes, tal disposição somente poderia ser aqui aplicada por analogia, uma vez que esta Turma Regional não dispõe de regimento interno próprio. Neste aspecto, entendo que a analogia não pode ter lugar para fazer incidir norma administrativa restritiva, em prejuízo da parte recorrente.

Portanto, afasto o óbice formal argüido pelo recorrido e pelo Ministério Público Federal.

II – Direcionamento correto;

Deve o recorrente atentar para o direcionamento correto do Pedido de Uniformização, vez que da decisão da Turma Recursal cabe recurso tanto para a Turma Regional de Uniformização quanto para a Turma Nacional de Uniformização.

A Questão de Ordem nº. 04⁸⁰ da TNU diz: *“Se o pedido de uniformização indicar como paradigma acórdãos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça e por Turmas da mesma Região, a Turma Nacional de Uniformização apreciará a divergência que lhe cabe dirimir, prejudicado o mais”*.

⁷⁹ Autos nº. 2004.70.95.005441-7, relatoria do Juiz Federal Gerson Luiz Rocha, publicado no Diário Eletrônico de 27/03/2007.

⁸⁰ Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 30 e 31.08.2004

III – Comprovação de jurisprudência dominante do STJ;

A questão aqui caminha entre a linha do pressuposto recursal intrínseco do cabimento – **existência** de divergência em relação à jurisprudência dominante do STJ –, e o pressuposto recursal extrínseco da regularidade formal – como **comprovar** que aquela é a jurisprudência dominante do STJ.

Ocorre que a expressão “jurisprudência dominante” é um conceito aberto dando azo a mais de uma interpretação.

Na tentativa de clarear a dúvida, foi acrescentado, pela Resolução nº. 62/2009, parágrafo único ao artigo 8º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, dispondo que: “*Consideram-se jurisprudência dominante as decisões proferidas reiteradamente em casos idênticos*”.

Ainda assim é possível levantar alguns questionamentos como: a) quantos paradigmas deve o recorrente apresentar na tentativa de comprovar que aquela é a jurisprudência dominante? b) Deve a jurisprudência ser dominante na Seção do STJ que julga a matéria, pressupondo uniformidade em suas Turmas, ou basta que seja dominante em uma das Turmas?

Acerca do primeiro ponto, deve ser lembrada a Questão de Ordem nº. 05⁸¹ da TNU, segundo a qual: “*Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte*”. Bem, e se este precedente não mais representar a jurisprudência dominante da corte? Neste caso, não estará presente o requisito do cabimento e o Pedido de Uniformização não será conhecido. Se não houver julgados reconhecendo expressamente que se trata de jurisprudência dominante, o recorrente deve apresentar mais de um paradigma, alegando que cumprem o requisito. Caberá à própria TNU reconhecer, após análise jurisprudencial, se trata-se ou não de jurisprudência dominante.

Em relação ao segundo ponto, tem-se que a jurisprudência deve ser uniforme em ambas as Turmas que julgam a matéria, sob pena de não restar caracterizada a jurisprudência dominante da Corte. O § 4º do artigo 14 da Lei nº. 10.259/2001 diz que a divergência deve ser em relação à “*súmula ou jurisprudência dominante no Superior*

⁸¹ Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 30 e 31.08.2004.

Tribunal de Justiça – STJ”. Assim, acaso as Turmas destoem em seus entendimentos não será possível provocar a manifestação do STJ sobre a matéria.

IV – Autenticação das cópias;

Não há previsão legal exigindo que as cópias dos paradigmas utilizados para demonstração da divergência sejam autenticadas. Da mesma forma, o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização não requer tal procedimento. Neste sentido⁸²:

O art. 14, §2º, da Lei n. 10259/01 admite pedido de uniformização de jurisprudência quando fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões. **O INSS alegou que o incidente não pode ser conhecido, uma vez que o requerente não apresentou cópia integral e autenticada dos arestos paradigma,** fundamentando sua alegação na Resolução n. 273 do Conselho da Justiça Federal. Quanto ao tema, a Resolução n. 390 do CJF, que dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, assim estabelece acerca da petição do incidente: Art. 8º O incidente dirigido à Turma Nacional será apresentado ao presidente da turma recursal que proferiu a decisão, no prazo de dez dias, a contar da publicação, com cópia dos julgados divergentes e demonstração sucinta do dissídio. **Da leitura do dispositivo, verifica-se que não há necessidade de autenticação das cópias dos julgados divergentes, como pretende fazer crer a autarquia.** Grifei.

A citada Resolução nº. 390 do Conselho da Justiça Federal foi substituída pela Resolução nº 22/2008, também do CJF, contudo o dispositivo atual⁸³ é quase idêntico.

V – Demonstração do dissídio;

O artigo 13 do Regimento Interno da TNU determina que o Pedido de Uniformização deve ser arrazoadado com a demonstração do dissídio. Ou seja, não basta a existência da divergência, deve ser realizada uma comparação entre a tese que se pretenda ver uniformizada e a tese que servirá de paradigma.

VI – Votos orais gravados devem ser trasladados.

Trata-se de requisito a ser cumprido pela secretaria da Turma Recursal de origem. As Questões de Ordem nº. 19 e 21 da TNU dizem:

⁸² Autos nº. 200570950049426, relatoria do Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Junior, publicado no DJU de 24/08/2006. Observação: o voto foi vencido por outros fatores que não a necessidade de autenticação.

⁸³ Art. 13: O incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional será submetido ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma Regional, no prazo de dez dias, a contar da publicação, com cópia dos julgados divergentes e a demonstração do dissídio.

Questão de Ordem nº. 19⁸⁴: Nos feitos em que a parte apresenta incidente de uniformização de jurisprudência, faz-se mister que a turma de origem certifique nos autos, por escrito, as razões da decisão que reforma a sentença, não bastando a simples menção à gravação.

Questão de Ordem nº. 21⁸⁵: Se, antes de distribuir os autos do incidente, a Secretaria da Turma Nacional verificar que não foram transcritas as gravações relativas à prolação de voto(s) na turma recursal, serão os autos devolvidos à turma de origem, a fim de que sejam trasladadas as referidas gravações.

3.5.2.2. Tempestividade

Tanto os Pedidos de Uniformização dirigidos às Turmas Regional e Nacional, quanto o Pedido de Manifestação dirigido ao STJ, devem ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da decisão.

É o que dispõe os artigos nº. 13⁸⁶, aplicado por analogia à Turma Regional de Uniformização, e 36⁸⁷ do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

3.5.2.3. Preparo

“Não serão cobradas custas pelo processamento do incidente de uniformização”. É o que diz o artigo nº. 48 da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal.

3.5.2.4. Inexistência de fato impeditivo do direito de recorrer ou do seguimento do recurso

Trata-se da desistência realizada após a interposição do recurso. Nas palavras de Sérgio Cruz Arenhart e Luiz Guilherme Marinoni⁸⁸:

⁸⁴ Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 10.10.2005.

⁸⁵ Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.08.2006.

⁸⁶ Art. 13: O incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional será submetido ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma Regional, no prazo de dez dias, a contar da publicação, com cópia dos julgados divergentes e a demonstração do dissídio.

⁸⁷ Art. 36. Quando a decisão da Turma Nacional for proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, o incidente de uniformização de jurisprudência será suscitado, nos próprios autos, no prazo de dez dias, perante o Presidente da Turma Nacional.

⁸⁸ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil, V2: Processo de Conhecimento**. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 512/513.

A desistência assemelha-se à renúncia, tendo como diferença básica em relação a esta última o fato de que se opera posteriormente ao oferecimento do recurso. Interposto o recurso, mas não tendo mais interesse em prosseguir na apreciação da insurgência, pode o recorrente desistir do recurso já interposto, mesmo sem a anuência da parte contrária (...).

O artigo 8º, inciso XII do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização diz: “Art. 8º *Compete ao relator: XII – homologar as desistências, ainda que o feito se ache em pauta ou em mesa para julgamento*”.

Encerra-se aqui a análise dos pressupostos recursais que devem ser observados para o conhecimento dos recursos em tela.

3.6. Processamento do Pedido de Uniformização direcionado à Turma Regional de Uniformização

A Turma Regional de Uniformização não possui Regimento Interno próprio, sendo utilizado o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização por analogia, em alguns casos, e o Regimento Interno das Turmas Recursais da 4ª Região.

O recurso deve ser interposto na Turma Recursal de origem que, após intimação da parte adversa para apresentar contrarrazões, realizará o juízo de admissibilidade preliminar. A competência para esta análise dos Pedidos de Uniformização, nas Turmas Recursais da 4ª Região, é do Presidente da 2ª Turma Recursal⁸⁹.

O Pedido de Uniformização, neste momento, poderá ser: a) conhecido e encaminhado à TRU; b) conhecido e sobrestado, acaso já exista Pedido de Uniformização na TRU sobre o tema⁹⁰; c) não conhecido.

Os Pedidos sobrestados serão julgados prejudicados pelo Presidente da 2ª Turma Recursal acaso a decisão da TRU sobre o assunto se dê no mesmo sentido do

⁸⁹ O artigo 2º, inciso VIII do Regimento Interno das Turmas Recursais da 4ª Região diz: “Ao Presidente de cada Turma Recursal incumbe: VIII – ao Presidente da 2ª Turma, o juízo de admissibilidade dos recursos para as Turmas de Uniformização e ao Supremo Tribunal Federal(...)”.

⁹⁰ Artigo 21, §4º do Regimento Interno das Turmas Recursais da 4ª Região aplicado por analogia: “*Havendo processo similar em processamento na Turma Nacional de Uniformização, o pedido ficará retido nos autos aguardando o julgamento deste em Secretaria*”.

acórdão recorrido. Se a decisão for em sentido oposto, os autos serão devolvidos ao Relator originário que poderá exercer o juízo de retratação⁹¹.

No caso de não conhecimento, fazendo as vezes do Agravo de Instrumento, foi criada a figura do Pedido de Submissão. Basta a parte requerer, nos próprios autos, que a decisão seja submetida ao Presidente da Turma Regional. É o que diz o § 4º do artigo 15 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, com redação alterada pela Resolução nº. 62/2009 do CJF, aplicado por analogia: *“Em caso de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão recorrida, que esta seja submetida ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização”*.

Admitido o Pedido de Uniformização, ou requerida a submissão, os autos serão encaminhados ao Presidente da Turma Regional de Uniformização que fará novo exame de admissibilidade, podendo: a) determinar a distribuição; b) conhecer e sobrestar o feito, acaso já exista Pedido de Uniformização na TRU sobre o tema; c) não conhecer do Pedido de Uniformização, sendo esta decisão irrecorrível⁹².

Distribuído, o feito será julgado pelo colegiado. Sobrestado, aguardará a decisão paradigma para ser julgado prejudicado ou ser remetido para retratação. Tratando-se de questão de direito que corresponda ao próprio mérito da demanda, a TRU acabará por julgar o mérito da causa. Sendo questão preliminar, os autos retornarão à origem para que esta prossiga no julgamento, vinculada à questão decidida pela TRU.

Da decisão da TRU caberá ainda Pedido de Uniformização à TNU, sendo competência do Desembargador Coordenador o exame prévio de admissibilidade. Sendo este negativo, basta que a parte requeira a submissão do Pedido de Uniformização à TNU no prazo de dez dias.

⁹¹ Artigo 21, §5º do Regimento Interno das Turmas Recursais da 4ª Região aplicado por analogia: *“Publicada a decisão da Turma Nacional de Uniformização, os pedidos retidos serão apreciados pela Turma Recursal que poderá exercer juízo de retratação ou declara-los prejudicados”*. Em que pese a Resolução determinar o retorno dos autos em ambas as situações (retratação ou declaração de prejudicialidade), o próprio Presidente tem julgado o Pedido prejudicado conforme informado por sua assessoria.

⁹² É o que diz o artigo 34, inciso I, do RITNU, com redação alterada pela Resolução nº. 62/2009 do CJF, aplicado por analogia: *“Cabe agravo regimental: I – da decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização, salvo da de admissão do incidente de uniformização”*.

3.7. Processamento do Pedido de Uniformização direcionado à Turma Nacional de Uniformização

O processamento do pedido de uniformização direcionado à Turma Nacional de Uniformização é muito semelhante ao do pedido de uniformização direcionado à Turma Regional de Uniformização.

Realiza-se um juízo de admissibilidade provisório na Turma Recursal de origem ou na Turma Regional de Uniformização (se houve julgamento de pedido de uniformização direcionado para lá), no qual o pedido poderá ser: a) conhecido e encaminhado à TNU; b) conhecido e sobrestado, acaso já exista pedido de uniformização na TNU sobre o tema; c) não conhecido.

O regimento interno determina que os feitos sejam sobrestados **antes do juízo preliminar** de admissibilidade realizado nas Turmas Recursais⁹³. Parece existir um erro neste ponto, uma vez que é no juízo preliminar que serão conferidos os pressupostos recursais. Não há como vincular um pedido de uniformização intempestivo e sem as cópias necessárias, por exemplo, a outro pedido de uniformização que está para ser julgado no mérito após preencher todos os requisitos de admissibilidade.

Julgado o processo paradigma, a turma de origem deve manter o acórdão recorrido julgando prejudicado o Pedido de Uniformização ou adequar a decisão conforme a situação.

No caso de não conhecimento do Pedido de Uniformização, a parte pode requerer que o processo seja submetido ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização, que decidirá sobre a admissibilidade do recurso.

⁹³ Art. 15. O Presidente da Turma Recursal ou o Presidente da Turma Regional decidirão preliminarmente sobre a admissibilidade do incidente de uniformização.

§ 1º Não será admitido o incidente de uniformização que versar sobre matéria já decidida pela Turma Nacional de Uniformização.

§ 2º Incidentes de uniformização idênticos recebidos nas Turmas Recursais ou Regionais ficarão sobrestados **antes de ser realizado o juízo preliminar** apresentado ou estiver em vias de apresentação na Turma Nacional de Uniformização. Grifei.

§ 3º No que se refere ao parágrafo anterior, a decisão proferida pela Turma Nacional de Uniformização, no incidente que versar sobre a questão discutida, deve ser adotada pela turma de origem para fins de adequação ou manutenção do acórdão recorrido.

§ 4º Em caso de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão recorrida, que esta seja submetida ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização.”

Conhecido na origem, ou submetido ao Presidente da Turma Nacional, este deverá realizar novo juízo de admissibilidade, podendo: a) determinar a distribuição dos autos; b) sobrestar o feito para aguardar decisão em processo semelhante; c) não conhecer do recurso.

Cabe agravo regimental contra a decisão do Presidente da Turma Nacional que não conhece o recurso⁹⁴.

Os feitos distribuídos poderão ser julgados monocraticamente pelos relatores nos casos especificados no Regimento Interno⁹⁵ – cabendo, neste caso, agravo regimental, conforme nota 95 –, e os feitos sobrestados aguardarão até julgamento do paradigma para que sejam alterados ou mantidos.

O Ministério Público Federal será ouvido nas oportunidades previstas em lei.

As partes e eventuais interessados⁹⁶ poderão se manifestar, apresentando memoriais ou realizando sustentação oral.

Curioso ressaltar que o antigo Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, Resolução nº. 390/2004 do Conselho da Justiça Federal, em seu artigo 23, “*seria a única norma do direito brasileiro que utiliza expressamente a denominação ‘amicus curiae’, pois os demais atos normativos citados usam a expressão ‘interessado’ ou listam os entes que podem se manifestar*”⁹⁷.

⁹⁴ Art. 34 – Cabe agravo regimental:

I – da decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização, salvo da de admissão do incidente de uniformização;

II – da decisão do relator.

§ 1º O agravo regimental será interposto no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto na primeira sessão subsequente.

§ 2º No caso de decisão do Presidente, o agravo regimental será distribuído, cabendo ao relator apresentá-lo em mesa, proferindo voto na primeira sessão subsequente.

⁹⁵ Artigo 8º, incisos IX e X da Resolução nº 22/2008: “IX – negar seguimento ao incidente manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal;

X – dar provimento ao incidente se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, podendo determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação;

⁹⁶ De acordo com o artigo 28 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização:

“É facultado às partes, por seus advogados, apresentar memoriais e produzir sustentação oral, por dez minutos, prorrogáveis por igual prazo, a critério do Presidente.

§ 1º Eventuais interessados que não sejam partes no processo poderão manifestar-se, ficando ao juízo do Presidente conceder ou não oportunidade de sustentação oral por ocasião do julgamento”.

⁹⁷ CARDOSO, Oscar Valente. A uniformização de jurisprudência nos juizados especiais federais e a controvérsia sobre o benefício assistencial. In: **Revista da AJUFE**. Ano 23, número 90, 2º semestre de 2008. p. 258.

3.8. Processamento do Pedido de Manifestação dirigido ao Superior Tribunal de Justiça

A Resolução nº. 10 da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, de 21 de novembro de 2007, “*dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, de incidente de uniformização da jurisprudência dos Juizados Especiais Federais*”.

O pedido deve ser suscitado perante o Presidente da Turma Nacional de Uniformização que realizará exame prévio de admissibilidade.

Assim como nos Pedidos de Uniformização à Turma Nacional e Regional, acaso seja negado seguimento ao Pedido de Manifestação do Superior Tribunal de Justiça no exame prévio de admissibilidade, basta a parte requerer que este seja submetido àquele Tribunal para nova análise⁹⁸.

Recebido o pedido no Superior Tribunal de Justiça, será distribuído a relator integrante da Seção competente que fará novo juízo de admissibilidade. No caso de indeferimento, caberá agravo à Seção respectiva que decidirá de forma irrecurável.

Admitido o recurso, o relator poderá “*deferir medida liminar para suspender a tramitação dos processos nos quais tenha sido estabelecida a mesma controvérsia*”⁹⁹. Desta decisão caberá agravo à Seção.

Pedidos de uniformização tratando da mesma matéria discutida no pedido de manifestação, interpostos posteriormente à admissão deste, devem ficar retidos nas Turmas Recursais, aguardando pronunciamento da corte¹⁰⁰. Para que isso seja cumprido, o relator deve oficiar ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização e aos Presidentes das Turmas Recursais comunicando o processamento do recurso.

⁹⁸ Artigo 36 da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal:

“Art. 36. Quando a decisão da Turma Nacional for proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, o incidente de uniformização de jurisprudência será suscitado, nos próprios autos, no prazo de dez dias, perante o Presidente da Turma Nacional.

§ 1º A parte contrária será intimada para apresentar manifestação em igual prazo, findo o qual os autos serão conclusos ao Presidente da Turma Nacional, que decidirá acerca da admissibilidade.

§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça”.

⁹⁹ Artigo 2º. da Resolução nº. 10/2007 do Superior Tribunal de Justiça e § 5º do artigo 14 da Lei nº. 10.259/2001.

¹⁰⁰ Conforme artigo 14, § 6º, da Lei nº. 10.259/2001.

Compete ainda ao relator ordenar a publicação de edital no Diário da Justiça, com a informação sobre a instauração do recurso, possibilitando a manifestação de eventuais interessados no prazo de 30 (trinta) dias.

As partes, o Ministério Público e terceiros interessados (autorizados pelo Presidente da sessão) poderão produzir sustentação oral.

O feito será incluído na pauta da sessão, com preferência sobre os demais, ressalvados os processos com réu preso, os habeas corpus e mandados de segurança.

Após todos os cuidados acima, o processo é julgado.

Feitas estas considerações, podemos observar as características mais notáveis comuns ao processamento dos três recursos, quais sejam: a) juízo preliminar de admissibilidade na origem; b) pedido de submissão à instância superior no caso de inadmissão preliminar; c) dever de sobrestamento do feito no caso de matéria semelhante já admitida; d) cabimento expresso – que pode ser aventado por analogia na Turma Regional de Uniformização – de agravo regimental das decisões monocráticas, exceto no caso de admissão dos recursos (admissão em sentido estrito); e) possibilidade de manifestação de terceiros interessados – também por analogia na Turma Regional de Uniformização.

4. CONCLUSÃO

O instituto da uniformização de jurisprudência nos Juizados Especiais Federais tem muito a evoluir, considerando que, em muitos momentos, não vem cumprindo seu papel primordial. A alta rotatividade dos juízes componentes das Turmas de Uniformização somada à cultura do desrespeito sistemático aos precedentes e à “*escassa disciplina recebida pelo instituto na lei*”¹⁰¹ causam alteração constante tanto das decisões de mérito das Turmas de Uniformização quanto das decisões referentes ao conhecimento dos recursos e seu processamento. A inconstância das decisões causa descrédito das Turmas de Uniformização perante os Juizados Especiais Federais que muitas vezes repensam se devem alterar seu entendimento ou simplesmente aguardar até que se altere a composição das Turmas de Uniformização e com isso o entendimento a ser seguido. Esta situação causa, também, insegurança jurídica aos jurisdicionados, o que contraria a própria essência do instituto voltada a uniformizar a jurisprudência e, assim, aumentar a previsibilidade acerca de questões jurídicas.

Atento a estas conclusões, e filiando-me a idéia de que o instituto é necessário uma vez que busca adequar as decisões ao princípio da isonomia, da segurança jurídica e da razoável duração do processo, verifico a necessidade de aumentar o controle das decisões da própria Turma Nacional de Uniformização, seja aumentando o mandato dos juízes que a integram, seja criando mecanismos formais obrigatórios para superação dos precedentes, como uma “proposta de revisão jurisprudencial”.

O Pedido de Manifestação direcionado ao Superior Tribunal de Justiça é figura inconstitucional, uma vez que inexistente competência constitucionalmente prevista para que este julgue decisões proferidas por Turmas Recursais e, tampouco pode o legislador infraconstitucional estender sua competência. Seria necessária, na tentativa de manter tal hipótese de recurso, a edição de Emenda Constitucional ampliando a competência do Superior Tribunal de Justiça.

¹⁰¹ ARENHART, Sérgio Cruz; Juizados Especiais Federais: Pontos Polêmicos. In: **Juizados Especiais Federais: Primeiras Impressões**. Coordenador: Eduardo Didonet Teixeira. Curitiba: Gênesis, 2001. p. 45.

REFERÊNCIAS

AGUIAR Jr., Ruy Rosado de. **Os Juizados Especiais Federais, a Prestação Jurisdicional e os Recursos.** Disponível em: http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/1029/Os_Juizados_Especiais_Federais.pdf?sequence=1. Acesso em: 20/09/2009.

ARENHART, Sérgio Cruz; Juizados Especiais Federais: Pontos Polêmicos. In: **Juizados Especiais Federais: Primeiras Impressões.** Coordenador: Eduardo Didonet Teixeira. Curitiba: Gênese, 2001.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil, V2: Processo de Conhecimento.** 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

CADORE, Márcia Regina Lusa. **Súmula Vinculante e Uniformização de Jurisprudência.** São Paulo: Atlas, 2007.

CARDOSO, Oscar Valente. A uniformização de jurisprudência nos juizados especiais federais e a controvérsia sobre o benefício assistencial. In: **Revista da AJUFE.** Ano 23, número 90, 2º semestre de 2008.

CARREIRA ALVIM, José Eduardo. **Juizados Especiais Federais.** Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Divergência Jurisprudencial e Súmula Vinculante.** 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MAUÉS, Antonio Moreira. Ensaio sobre a harmonização da jurisprudência constitucional. In: **Revista de Direito do Estado.** nº 11, julho/setembro, 2008. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme. **A Transformação do Civil Law e a Oportunidade de um Sistema Precedentalista para o Brasil.** Disponível em: http://www.professormarinoni.com.br/principal/home/?sistema=conteudos|artigos&cod_categoria=artigos
Acesso em: 20/10/2009.

MATOS, Blanche Maymone Pontes; A Sistemática Recursal da Lei 9.099/95 e 10.259/01 e a Polêmica Proposta de Uniformização de Decisões nos Juizados Especiais Estaduais. In: **Revista da ESMAPE.** Volume 11, nº. 23, janeiro a junho de 2006, semestral.

MIRANDA, Gilson Delgado; PIZZOL, Patrícia Miranda. **Recursos no Processo Civil.** 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 10^a Ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de. **Do formalismo no processo civil**. 3. ed. rev., atual. e aumentada. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREIRA, Guilherme Bollorini. **Juizados Especiais Cíveis**: Questões de Processo e de Procedimento no Contexto do Acesso à Justiça. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Iuris, 2006.

PONCIANO, Vera Lúcia Feil. **Justiça Federal**: Organização, Competência, Administração e Funcionamento. Curitiba: Juruá, 2008.

REIS, Roberto Henrique dos; **Curso de Direito Processual Civil**: Juizados Especiais Cíveis. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

RESTIFFE NETO, Paulo. A Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais. In: **Revista dos Tribunais**. Ano 64, volume 476, junho de 1975.

SANCHES, Salvador Infante; A Uniformização da Jurisprudência, os Juizados Especiais Federais e o Papel do Superior Tribunal de Justiça. In: **Juizados Especiais Federais**. Coordenador Jefferson Carús Guedes. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SILVEIRA, Eustáquio Nunes. O Sistema Recursal nos Juizados Especiais Federais e a Inconstitucionalidade da uniformização de sua Jurisprudência pelo STJ. In: **Revista Jurídica Consulex**. Ano VI, nº. 136, 15 de setembro de 2002.

SOUSA, Álvaro Couri Antunes; **Juizados Especiais Federais Cíveis**: Aspectos relevantes e o sistema recursal da Lei nº 10.259/01. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

TAVARES, André Ramos. Perplexidades do novo instituto da súmula vinculante no direito brasileiro. In: **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**. Ano 4, n. 12, jan./mar. 2006.

TRINDADE, Cláudia Aparecida de Souza. As Turmas Recursais e as Turmas de Uniformização nos Juizados Especiais Federais. In: **Juizados Especiais Federais**. Coordenador Jefferson Carús Guedes. Rio de Janeiro: Forense, 2005.